

Tribuna Operária da Luta

ANO VII-Nº 244-DE 25 DE NOVEMBRO A 1º DE DEZEMBRO DE 1985

Cr\$ 1500

O país depois das eleições

O MAPA POLÍTICO DA NOVA REPÚBLICA

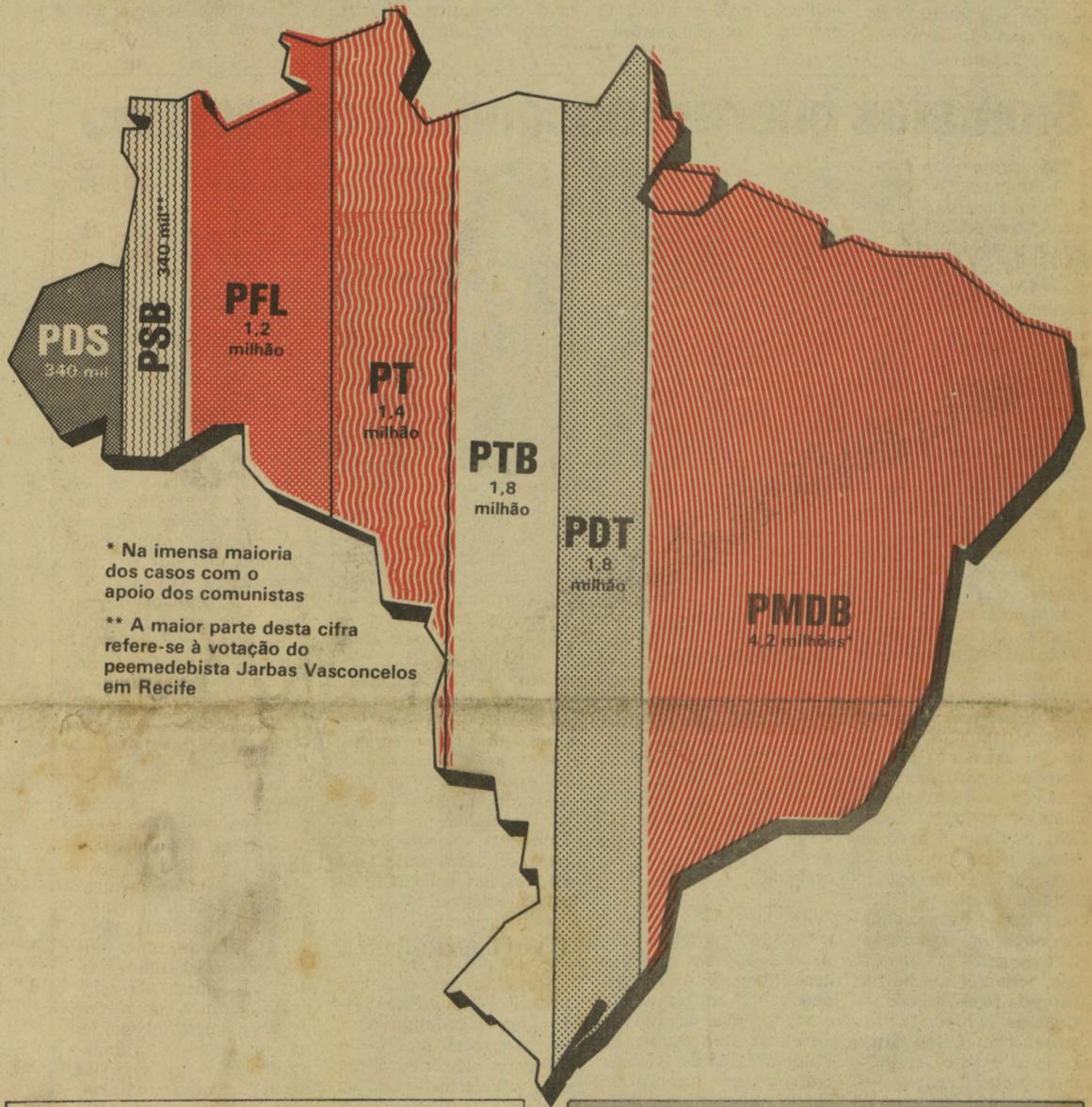
As urnas definiram uma nova correlação nacional entre as forças políticas que se agrupam em três blocos: o das mudanças, expresso em geral pelo voto no PMDB, é majoritário; o da direita (janismo, PDS e em boa parte PFL) salvou-se do desastre completo graças a São Paulo; correndo por fora, delinea-se o bloco diversionista - PDT e PT.

Pág. 10

PC do B fixa via do combate pela reforma agrária

Documento da direção nacional comunista afirma que o PC do B, decidido a apoiar todas as medidas que ajudem a luta pela terra, defende a reforma agrária antilatifundiária como única solução de fundo para os trabalhadores do campo.

Texto integral na pág. 5



EDITORIAL

Artimanhas da direita

Os brasileiros assistiram revoltados, nestes dias, às manobras e casuísmos no Congresso Nacional, que ameaçavam adiar a convocação da Constituinte e a votação da lei dos partidos, além de uma extensa pauta de matérias.

O Senado, movido por um espírito de corpo conservador, reagiu à idéia de uma Constituinte unicameral. Entre seus privilégios e a democratização do país, estes senhores que ocupam a chamada Câmara Alta olharam primeiro para si próprios. Mas seria ingenuidade não perceber que, alimentando estas vaidades, existem interesses escusos, dentro da estratégia da direita, para criar tumulto e frear as mudanças democráticas.

Aproveitando-se da confusão, petistas e pedetistas entraram em cena para colaborar na obstrução dos trabalhos. Sozinhas, suas bancadas não têm capacidade para isto. Mas em articulação com a ofensiva dos reacionários, encontram boas oportunidades para agir. Usam como pretexto as "limitações" existentes no projeto de convocação da Constituinte. E em vez de se unirem aos democratas para lutar contra tais limitações, dedicaram-se a obstruir a convocação da Constituinte, para alegria dos malufistas e outros setores interessados em adiar qualquer transformação.

Neste quadro encetava-se simultaneamente uma agressão à liberdade de organização partidária. Com o fim da tal habilitação provisória, que valia até 15 de novembro, os novos partidos e os que saíram da ilegalidade ficam numa situação esdrúxula. Alguns, como o PC do B, por exemplo, tiveram destacada atividade na campanha eleitoral. Têm inclusive uma bancada no Congresso Nacional. Mas, sem a aprovação da lei dos partidos, atuam de fato, mas sem direito ao registro legal. Seria evidentemente uma restrição inaceitável à democracia. E mais uma vez é bom destacar que a direita

trata de exacerbar os interesses dos grandes partidos para que, ao tentarem defender suas fileiras de qualquer defecção, atinjam os partidos em reorganização ou que estão sendo fundados agora, impedindo-os de participar do Parlamento em igualdade de condições.

Por tudo isto, o que se verifica é a intenção de provocar uma crise política, por artimanhas da direita, pela defesa mesquinha de interesses menores, e pela atividade de grupos arrivistas inconsequentes. Ao encerrarmos esta edição tínhamos notícia de que o impasse começava a ser superado, mas ainda sem garantias de sucesso para o "esforço concentrado", que deveria terminar no domingo.

Duas conclusões se impõem deste processo. Em primeiro lugar, fica mais que evidente que a conquista da democracia não pode se restringir aos limites do Parlamento. A chave para a vitória desta bandeira é uma ousada mobilização popular e de todos os setores progressistas. Sem a participação destemida das massas, as manobras e acordos, no "tapetão", as pressões econômicas e as concepções grupistas encontram espaço aberto para sabotar a Nova República.

Depois, os verdadeiros democratas, as massas trabalhadoras, todos os que estão realmente interessados em mudanças, não podem deixar de tirar as lições da campanha das diretas, das jornadas que levaram Tancredo à Presidência e das recentes eleições de 15 de novembro. Sem uma sólida união, deixando de lado as questões subalternas, não se pode alcançar êxito na batalha gigantesca contra as forças da direita. Unidade e concentração de esforços nos pontos que interessam à maioria, são vitais para a liberdade. "Não vamos nos dispersar" continua sendo uma advertência da maior importância em nosso país atualmente.

Grande estouro no sistema financeiro

O governo decretou a liquidação dos grupos Comind, Auxiliar e Maisonave. Corrupção dos banqueiros foi grande. O rombo é de Cr\$ 6,8 trilhões. Página 4

Constituinte enfrenta trama obstrucionista

Convocação da Assembléia Constituinte e a nova Lei dos Partidos sob fogo cruzado no "esforço concentrado" em curso no Congresso Nacional. Pág. 4

A trajetória racista do sionismo

A história da formação do sionismo como corrente política demonstra seu caráter racista. Página 2

Tem gente nos quartéis que aposta em um golpe

O próprio porta-voz de Sarney admite que a ultra-direita militar se articula com intenções golpistas. Mas quem acompanha o problema para o governo é... o Serviço Nacional de Informações! Pág. 4

A estranha aliança na defesa da Convenção 87

Setores patronais e o SNI unem-se, de fato, à CUT e à Igreja para impedir a ratificação da Convenção 87 pelo Brasil. Todos têm como objetivo dividir o movimento sindical. Veja quais os argumentos utilizados e o papel da OIT. Pág. 7



Operário conta a história da luta de 1935

Praxedes, sapateiro que participou do governo da ANL em Natal, revela fatos inéditos do levante revolucionário que ocorreu em Natal. Pág. 9

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O diálogo de surdos

Um batalhão de cinco mil jornalistas ficou sem o que dizer sobre o encontro de cúpula entre Reagan e Gorbachev. Ao fecharmos esta edição, o único acordo estabelecido entre os chefes das superpotências versava sobre o silêncio a ser mantido quanto ao conteúdo das conversações.

Muita incerteza cercou os dias que antecederam a abertura dos trabalhos. Gorbachev chegou a Genebra bombardeando severamente a "guerra nas estre-

las" dos EUA, enquanto Reagan mandava dizer através de seu porta-voz Larry Speakes que não cederia "um milímetro" em seus projetos.

O primeiro encontro entre os dois líderes, porém, foi saudado pelos comentaristas como "cordial". Mas ninguém se arriscava a qual-quer previsão quanto a acordos concretos, preferindo apenas especular sobre uma possível repetição a intervalos regulares das conversa-

ções entre Reagan e Gorbachev.

A imprensa mundial trata o encontro como se lá, e somente lá, se estivessem resolvendo os destinos da humanidade. É, aliás, a maneira como o imperialismo norte-americano e o social-imperialismo soviético encaram as negociações e ameaças que trocam mutuamente. Em seus arsenais e bravatas, por um lado, ou em suas propostas de "controle" e "redução" de

armamentos, por outro, repousariam as esperanças de humanidade, a segurança e paz mundial. Mas o Centro de Estudos Estratégicos de Londres publica hoje um levantamento dando conta de que as superpotências detêm estoques de armas nucleares suficientes para exterminar 58 milhões de pessoas. E, com certeza, não será de conversas entre dois "senhores da guerra" que poderá sair alguma medida capaz de quebrar este monopólio de terror.

Crise no governo sionista de Israel

A coalizão governamental de Israel sofreu uma crise no último dia 13. O ministro da Indústria e Comércio, Ariel Sharon - um dos sionistas mais enfurecidos, responsável pelo massacre de Sabra e Chatila, onde inúmeros palestinos foram exterminados - criticou o chefe do governo, Shimon Peres, por sua intenção de dialogar com a Jordânia e os

palestinos. Segundo Sharon, que pertence ao partido Likud, esse diálogo era "um perigo para a paz" e Peres é um "cínico e sem vergonha".

Humilhado pelas críticas, Shimon Peres, que pertence ao Partido Trabalhista (social-democrata), anunciou sua decisão de demitir Sharon do governo. Mas não teve força para isso. O partido Likud não aceitou a

demissão, e se Peres não voltasse atrás, a coalizão governamental estaria desfeita, caindo portanto o governo e o próprio Peres. Agarrado ao poder qual ostra à pedra, Peres recuou. Para tentar manter as aparências, exigiu um pedido de desculpas de Sharon "público, explícito e não ambíguo". Mas nem isso conseguiu. Sharon, dizem, "desculpou-se" numa

reunião do ministério a portas fechadas. E mesmo assim não expressou confiança na chefia do governo, que continuava com Peres.

O caso é que Sharon, o assassino de Chabra e Chatila, continuou no goveno. E após o entreviro, viajou para os Estados Unidos. Para Peres sobrou o consolo de continuar chefiando o governo sionista.



Soldados argentinos foram envolvidos na aventura da ditadura militar nas Malvinas

Argentina julga o fracasso nas Malvinas

O Conselho Supremo das Forças Armadas Argentinas iniciou, na última semana, a fase final do julgamento de 12 chefes militares implicados no fracasso das Malvinas. Ao fazer a acusação aos membros da Junta Militar, demonstrando sua "negligência e irresponsabilidade", o tribunal contribuiu para esclarecer que a ação nas ilhas não passou de uma farsa para tentar salvar da derrocada o então já desgastado regime militar.

O general Leopoldo Galtieri apareceu triunfal na sacada do palácio presidencial, no dia 2 de abril de 1982, para anunciar que "comandos argentinos haviam retomado as Ilhas Malvinas". Uma onda de euforia patriótica percorreu a Argentina. Mas a 14 de junho tudo se acabava com a assinatura da rendição pelo governador militar das Malvinas, general Mario Benjamin Menendez.

Desde então, o povo argentino cobra a responsabilidade dos chefes militares pela aventura. Ainda nos dias que se seguiram à derrota, manifestantes exigiam nas ruas "paredão para os milicos que venderam a nação". Agora, três anos depois, o julgamento dos chefes militares trouxe à luz a extensão da responsabilidade de Galtieri e seus companheiros de farda pelo sacrifício dos jovens

recrutados mandados às Malvinas.

NEGLIGÊNCIA E DESPREPARO

Um relatório de mil páginas serve de base para a acusação, que pede penas de 12 anos de prisão, mais degradação (perda das patentes) para o general Galtieri e o almirante Jorge Anaya, então comandante da Marinha. Para o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Basilio Lami Dozo, a punição pedida é menor: oito anos e degradação.

O relatório revela o total despreparo das forças argentinas. Não havia plano de abastecimento para as tropas mandadas às linhas, os soldados tiveram mesmo que matar cabritos a tiros de fuzil para se alimentar. A Marinha estava fora de condições para furar o bloqueio imposto pelos ingleses. E os efetivos de ocupação eram formados de recrutas inexperientes, vindos das regiões quentes do norte do país.

As baixas sofridas pela Argentina são desconhecidas. Os dados oficiais, contestados pela maioria dos analistas, dão conta de 606 mortos, 139 desaparecidos e 1.274 feridos. Sem falar nos prejuízos econômicos, que seriam pagos com "recursos transferidos dos assalariados para o governo".

(Silvío Queiroz)

Somozistas estupram e degolam prisioneiros

Degolamentos, estupros, trabalhos forçados são algumas das "técnicas" usadas pelos chefes somozistas da FDN - que de seus quartéis na vizinha Honduras tentam derrubar o governo nicaraguense -, segundo relato feito pela professora Maria Mercedes Rivas Obregos, de 23 anos, que conseguiu fugir de um dos acampamentos dos contra-revolucionários no início deste mês. Mercedes Rivas e vários outros professores foram seqüestrados pela FDN, em setembro do ano passado, quando participavam de uma brigada de alfabetização na área rural, no norte da Nicarágua.

Em entrevista em Manágua, Mercedes afirmou que sua companheira Ana Julia Cortes foi estuprada e depois degolada por um contra-revolucionário conhecido como "El Lobo". Os professores Guillermo Martinez, Luis Blandon Zeas e Elman Luis Cortes Sieza também

foram assassinados.

Segundo Mercedes Rivas, o chefe antisandinista conhecido como "El Tigriño", ferido durante combates com tropas do Exército sandinista perto da fronteira com Honduras, foi enviado aos EUA para receber tratamento médico. Mercedes relatou também que Enrique Bermudez, ex-coronel da guarda de deposto ditador Somoza e atual chefe militar da FDN, reúne-se periodicamente com oficiais do Exército de Honduras e assessores norte-americanos no acampamento de "Las Vegas", em território hondurenho.

Nos últimos 20 meses, 900 camponeses e proprietários de terras do norte da Nicarágua foram mortos pelos contra-revolucionários que têm suas bases em Honduras, segundo o presidente do Sindicato dos Produtores Agrícolas nicaraguenses, Daniel Nunez.

'Apartheid' censura as denúncias de seus crimes

Mais de 12 de negros foram mortos por policiais na segunda semana de setembro na África do Sul -, o número oficial de mortos nos últimos 14 meses é de 850 -, enquanto o governo racista informava que irá duplicar o efetivo policial com a incorporação de mais de 40 mil homens.

No dia 14, mais de 700 funcionários negros do hospital Baragwanath de Soweto (gueto negro do subúrbio de Johannesburgo, a maior cidade da África do Sul) foram presos, por participarem de uma greve por aumento de salário.

As informações sobre a repressão da polícia racista estão sendo fornecidas apenas por fontes governamentais, pois a imprensa foi proibida, desde o início do mês, de documentar os conflitos raciais no país.

Coréia do Sul reprime protesto de universitários

Em protesto contra o governo repressivo apoiado pelos EUA, 176 estudantes de 14 universidades sul-coreanas ocuparam durante seis horas o centro de treinamento dos militantes do Partido Democrático da Justiça, que apoia o presidente Chun Du Huan. Durante a ação repressiva da polícia - todos os ocupantes foram presos -, três estudantes ficaram feridos.

Sionistas querem esconder seu racismo

No último dia 12 a Organização Mundial Sionista entregou ao secretário geral da ONU, Javier-Perez de Cuellar, um documento pedindo que fosse anulada a resolução 3.379, de 13 de novembro de 1975, que considera "que o sionismo é um tipo de racismo e uma forma de discriminação racial".



Sionistas contra palestinos: impedindo a harmonia entre os povos

A petição, assinada por 812 personalidades, inclusive os escritores Jorge Luis Borges e Ernesto Sábato, teve o apoio do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.

Mas não há porque anular a resolução 3.379. Afinal, o sionismo é, de fato, uma forma de racismo. Enquanto movimento político, o sionismo ganhou destaque a partir da atuação do jornalista austríaco Theodor Herzl que, em 1896, publicou o livro "O Estado Judeu", propondo a criação de um Estado nacional judeu na Palestina: "Para a Europa construiríamos na região uma parte da muralha contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização" (a burguesia européia) "contra a barbárie" (os povos árabes e asiáticos). "Permaneceríamos, como Estado neutro, em relação constante com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência". Herzl considerava: "As nações entre as quais vivem os judeus são, aberta ou dissimuladamente, anti-semitas".

A formulação, por si só, já pressupõe uma divisão do mundo entre judeus e gentios, e coloca todos os povos e nações em suspensão - são todos "anti-semitas". Mas aqui deve-se lembrar que o sionismo considera apenas os judeus como semitas. Na verdade semitas são todos aqueles que falam uma língua semítica (na crença religiosa, os descendentes de Sem, um dos filhos de Noé). Portanto semitas são todos os árabes atuais, que falam uma língua semítica ou árabe.

Para os sionistas, racistas, isso não procede. Um

dos primeiros sionistas - na concepção atual do termo-, o alemão Moses Hess, escreveu no século XIX, no livro "Roma e Jerusalém", que "é necessário ser primeiro judeu, e em segundo lugar, ser humano". Uma idéia que permanece viva para os sionistas de hoje, como David Hacohen, presidente da Câmara de Relações Exteriores do Parlamento Israelense, que em 18 de outubro de 1973 afirmou: "Mas eles não são seres humanos, não são gente, todos eles são árabes"...

ANTI-SEMITISMO

Para fazer valer suas premissas racistas, Herzl aproveitava-se das perseguições de que os judeus eram vítimas na Europa Oriental, sobretudo na Polônia, Lituânia, Rússia e Hungria, em meados do século passado. As classes dominantes desses países queriam se livrar dos concorrentes judeus, e para isso ataçavam seus povos contra os semitas. Quando havia problemas de desemprego em massa, por exemplo, as classes dominantes alardeavam que a culpa era dos judeus - que ocupavam o mercado de trabalho e deixavam o gentio sem emprego. Na Rússia, o czar organizava inclusive pogroms - perseguição e matança de judeus. Muitos deles fugiam para a Europa Ocidental, onde também iam disputar o mercado de trabalho com os gentios - e também as classes dominantes da Europa Ocidental responsabilizavam, então, os judeus pelos surtos de desemprego do capitalismo.

Nesse contexto, Herzl e outras lideranças judaicas propunham a volta para



Sion, (daí o termo sionista), uma colina de Jerusalém, onde seria formada uma pátria para os judeus. É importante notar que os sionistas encobriam as diferenças de classes entre os próprios judeus. E buscavam afastar os proletários judeus da luta do proletariado do país em que viviam e não apontavam para a solidariedade do proletariado - os oprimidos e explorados - a nível mundial, mas buscavam uma solução apenas para o povo judeu, nos marcos de um Estado religioso, judaico.

APOIO IMPERIALISTA

Herzl organizou em 1897, o I Congresso Sionista, e buscou apoio para seu empreendimento de transferir judeus europeus para a Palestina entre os países colonialistas. A Inglaterra, principal potência colonialista da época, investiu no projeto. O ministro do Exterior britânico, Jaime Balfour, se pronunciou sobre o assunto em 2 de novembro de 1917: "O governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento de um Lar Nacional para o povo judeu na Palestina e empregará todos os seus esforços para facilitar a realização desse objetivo."

Mas a imigração em massa para a Palestina só começou mesmo quando da ascensão do nazifascismo na Europa. O holocausto dos judeus acabou empurrando os perseguidos para o projeto sionista. Entre 1939-1944, durante a II Guerra, 150 mil judeus, no mínimo, entraram clandestinamente na Palestina. Cumpriu-se uma previsão de Herzl, que anotou em seu diário: "os anti-semitas serão os nossos amigos mais seguros, e os países anti-semitas serão os nossos aliados".

ESTADO RACISTA

Em 29 de novembro de 1947, sob o impacto do assassinio de 6 milhões de judeus pelos nazistas na Europa, a ONU aprova a partilha da Palestina em um Estado árabe e outro judeu. Para tomar esta decisão não foram consultados os povos árabes - em

especial os palestinos - que ocupavam a região há séculos!

Em 14 de maio de 1948 Ben Gurion, líder da Agência Judaica, sionista, proclama a criação do Estado de Israel. Pela partilha da ONU, Israel deveria ter 14.942 km², ocupando 56,47% do território palestino. Mas ocupou 78% desse território, e suas fronteiras até hoje não foram delimitadas: continuam em expansão.

O povo palestino, que habitava a região, e outros povos árabes foram expulsos ou submetidos a discriminações e à exploração. O Estado árabe, que também deveria ser criado segundo a resolução da ONU, sumiu do mapa antes de se constituir oficialmente. E o racismo sionista foi guindado ao poder. Uma das dirigentes do Estado de Israel, Golda Meir, afirmou em 15 de junho de 1969: "Não há nada que possa ser chamado palestino. Estes não existiram nunca".

E, se no início o projeto sionista era financiado pelo imperialismo inglês, na atualidade serve aos interesses dos Estados Unidos. Os sionistas são acionados contra os povos árabes e palestinos sempre que os interesses norte-americanos no Oriente Médio assim o exigem. Mas mesmo dentro do Estado de Israel começam a surgir vozes de judeus descontentes com o racismo de seus dirigentes.

CONTRA O RACISMO

A solução para os problemas dos judeus no Oriente Médio e no mundo, e também para os palestinos e demais povos árabes, não está na anulação da resolução da ONU que condena o sionismo. Pelo contrário. O racismo serve a objetivos de classe - da classe burguesa, exploradora. E são os burgueses imperialistas que acionam os sionistas contra palestinos, da mesma maneira que instigaram no passado - e instigam ainda - o anti-semitismo. Mantém toda a validade, nos dias de hoje, a proclamação de Marx e Engels no "Manifesto do Partido Comunista": "A medida que a exploração de um indivíduo por outro é abolida, a exploração de uma nação por outra é também abolida."

"No dia em que for suprimido o antagonismo entre as classes, no interior da própria nação, desaparecerá também a hostilidade entre as nações". E o chamado final do "Manifesto" continua sendo uma conclamação a árabes, judeus, gentios, asiáticos, europeus, africanos, americanos etc.: "Proletários de todo o mundo, unidos!" (Carlos Pompe)



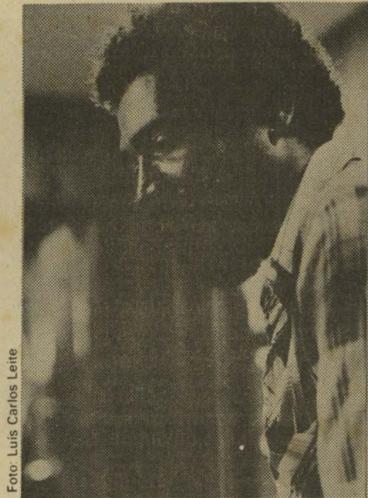
Judeus em campo de concentração: anti semitismo da burguesia

CDM
Greve geral na Grécia contra congelamento de salários
 Cerca de 1.500.000 trabalhadores gregos participaram, no dia 14, de uma segunda greve geral em menos de um mês, em protesto pelas medidas econômicas recessivas impostas pelo governo "socialista" de Andreas Papandreu, que incluem o congelamento de salários por dois anos. Dos 155 sindicatos gregos, 93 aderiram ao movimento convocado pela Federação Sindical Grega.
Fundação Maurício Grabois

O povo não festejou vitória das forças reacionárias em SP

As lideranças populares e os trabalhadores conscientes viveram um clima de consternação e revolta após notícia da eleição de Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo. A constatação foi feita pela tesoureira da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conan), Ana Maria Martins Soares e pelo auxiliar do Sindicato dos Têxteis, Elgito Alves Boaventura, que fizeram campanha para Fernando Henrique Cardoso.

"Na diretoria do Sindicato dos Têxteis, o resultado foi recebido e sentido como um velório", ressalta Elgito. "O que todos vimos é que não houve manifestações de júbilo, fogos, o povo não comemorou a vitória de Jânio", disse, por sua vez, Ana Maria Martins.



Elgito: "É grande a oposição a Jânio"

PETISTAS ACUADOS

A responsabilidade do PT, cuja conduta nas eleições facilitou a vitória da direita, também é bastante salientada pelos trabalhadores. "Entre os petistas operários há uma grande insatisfação", nota Elgito. "Visitei umas três fábricas têxteis e pude sentir isto. Quando se argumenta que o PT ajudou a eleger Jânio, os membros e simpatizantes do partido não sabem o que falar, ficam numa defensiva muito grande, pois isto é, de fato, uma realidade incontestável".

A expectativa, conforme o sindicalista, "é de que vai ocorrer uma oposição muito grande ao prefeito eleito. É enorme o sentimento contrário ao Jânio. O pessoal que tem mais dúvidas fica indagando se agora a turma do Maluf volta mesmo. Do ponto de vista do avanço das classes trabalhadoras não resta dúvida de que foi ruim. Na medida em que a direita puder ela vai aumentar a repressão, já estão falando até na indicação do coronel Erasmo Dias para cuidar da 'segurança'".

VOTO DE PROTESTO

Ana Maria Martins, que fez trabalho de boca de urna em São Miguel, na Zona Leste, frisa que "a maioria daqueles que votaram no candidato do PTB não sabem que estavam dando um voto para a direita reacionária. Ouvi muita gente afirmar que apoiava o Jânio para protestar contra as condições de vida. Vê-se muita revolta contra o governo Montoro, desilusão em relação aos políticos e vontade de transformações mais energéticas".

Elogios à conduta do PC do B

O líder da bancada do PC do B na Câmara Federal, deputado Haroldo Lima, tem recebido inúmeros cumprimentos pela atuação dos comunistas durante as eleições de 15 de novembro, sempre defendendo a unidade das forças democráticas e o avanço do país no caminho da liber-

dade. Deputados federais que foram eleitos prefeitos das capitais, como Jarbas Vasconcelos (Recife), Sérgio Ferrar (Belo Horizonte), Dante de Oliveira (Cuiabá), Jackson Barreto (Aracajú) e Wall Ferraz (Teresina), agradeceram a Haroldo o apoio do PC do B às suas candidaturas.

Estude os clássicos do marxismo-leninismo

MARX E ENGELS	
Sobre literatura e arte	20.000
Ideologia alemã	21.000
Obras escolhidas em 3 volumes - cada volume	42.000
Manifesto comunista	9.100
A Comuna de Paris	16.000
Sindicalismo	24.000
Escritos Militares - Marx/Engels/Lênin	39.500

MARX	
Origem do Capital	26.200
Questão judaica	25.000
Formações econômicas pré-capitalistas	26.500
Salário, preço e lucro	10.400
Trabalho assalariado e capital	9.200

ENGELS	
A questão da habitação	16.000
Dialética da natureza	42.500
Anti-Dühring	43.800
O papel do trabalho na transformação do macaco em homem	7.800
Origem da família, da propriedade privada e do Estado	20.000

LÊNIN	
Sobre os sindicatos	20.000
O trabalho do partido entre as massas	20.000
O Estado e a Revolução	23.100
1905 - jornadas revolucionárias	16.000
A revolução proletária e o renegado Kautsky	20.000
As 3 fontes e as 3 partes constitutivas do marxismo	15.000

Pedidos com o envio de cheque nominal no valor da compra, vale postal ou reembolso postal para compras a partir de Cr\$ 30 mil. Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luís Antônio, 1511, CEP 01317, Bela Vista, S. Paulo.

Manobras para impedir a votação da Constituinte

"Estamos navegando no impasse". A frase dita pelo deputado João Gilberto reflete com precisão o clima que tomou conta do Congresso Nacional durante a primeira semana do chamado "esforço concentrado" para votação de diversos projetos importantes para o país.

O impasse se instalou a partir de uma postura corporativista dos senadores, que ameaçam não dar quórum para votação da emenda que convoca a Constituinte, caso seja aprovado o destaque que retira da emenda a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais". Segundo interpretação corrente no Congresso, a retirada desta expressão transformaria a Constituinte num fórum unicameral, eliminando a divisão entre a Câmara e o Senado durante os trabalhos constituintes.

Depois de superado o impasse inicial, que levou à suspensão da votação da emenda da Constituinte há duas semanas atrás, com a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara determinando que para manter a expressão destacada no texto da emenda são necessários 2/3 dos votos da Câmara e do Senado, os senadores rebelaram-se contra o acordo feito na Câmara para a retirada da expressão. Ameaçaram não dar quórum para a aprovação da emenda, impedindo assim que todos os outros projetos em pauta sejam votados pelo Congresso.

Eles argumentam que com a retirada da expressão destacada, o Senado deixaria de existir como Casa Legislativa independente. Não poderia eleger sua mesa diretora e deixaria os senadores eleitos em 1982 fora do trabalho constituinte. Essa postura é inadmissível e inaceitável. Em primeiro lugar porque os senadores de 1982 não deveriam mesmo ter o direito de participar da Constituinte. Depois, porque o que está em jogo é o futuro da democracia no país, e não se haverá ou não mesa diretora do Senado, com todos os cargos e mordomias que lhes são peculiares.

No início da tarde de quinta-feira, a bancada do PMDB no Senado reuniu-se e decidiu garantir quórum para a votação da emenda que convoca a Constituinte e o prosseguimento dos trabalhos no Congresso.

Mas outros fatores, além da controvérsia entre os senadores, emperraram os trabalhos do Congresso. As bancadas do PT e do PDT voltaram a ensaiar uma manobra protelatória com o objetivo de impedir a votação da Constituinte antes do final do ano. Elas partem do falso argumento de que a emenda deveria ser votada



Parlamentares ligados à direita pressionaram a mesa do Congresso para dificultar os trabalhos

apenas no ano que vem, para permitir a retomada do processo de mobilização popular. É a falsa teoria do "tudo ou nada", que na prática dificulta o avanço das lutas populares.

O mais importante no momento é garantir a convocação da Constituinte. Com ela convocada, os setores progressistas terão condições de desencadear um amplo processo de mobilização popular, não só para debater as teses que o povo quer ver discutidas na Constituinte, mas principalmente para criar mecanismos que neutralizem a ação e a influência do poder econômico. O caráter progressista da Constituinte não depende essencialmente da forma de sua convocação, mas sim da sua composição de classe, do poder de influência das massas e da organização das forças populares e progressistas.

Outra batalha travada no Congresso é em torno da alteração do prazo de filiação partidária para os candidatos da Constituinte para seis meses, como já estava anteriormente acertado entre as lideranças políticas. Os grandes partidos aceitam no máximo uma redução para 10 meses do prazo de filiação. Isso, na verdade, é uma dificuldade a mais para o fortalecimento dos pequenos e dos novos partidos.

Também a questão das coligações partidárias para as eleições proporcionais está encontrando pedras no caminho. Uma fórmula de se buscar consenso nesta questão está sendo negociada, e prevê que as legendas coligadas tenham o direito de lançar 1/3 dos candidatos além do total de vagas destinadas à legenda.

De qualquer forma, só através de um amplo processo de negociação política será possível superar o impasse instalado no Congresso em torno desses assuntos. (da sucursal)

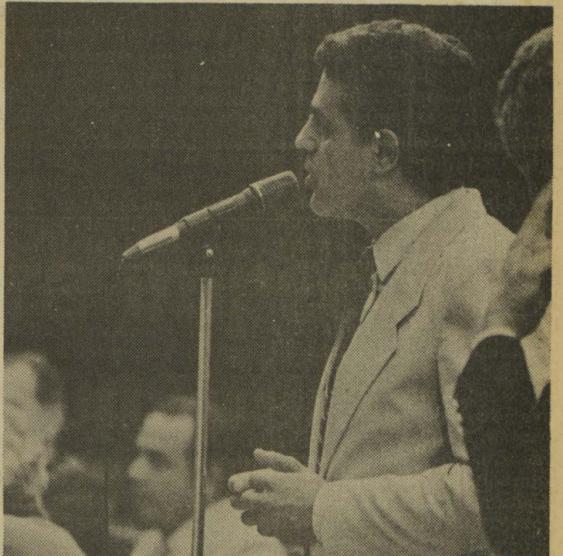
Liberdade partidária ainda corre risco

Além da Constituinte, outra questão de fundamental importância para o processo de consolidação democrática que está em compasso de espera é a aprovação da lei dos partidos políticos - instrumento legal decisivo para garantir a livre organização partidária no país. No começo da semana o deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB, deixou claro numa reunião com todos os líderes partidários que não estava disposto a apoiar a aprovação da Lei dos Partidos sem que ela seja acompanhada de um mecanismo para disciplinar o funcionamento dos chamados "pequenos partidos" durante a Constituinte.

O argumento de Pimenta da Veiga é que o funcionamento da Constituinte poder ser prejudicado com o excesso de bancadas ali representadas. Quer portanto criar mecanismos para limitar e restringir o funcionamento dos partidos na

Constituinte, estabelecendo um teto mínimo de deputados eleitos pela legenda para que ela possa funcionar autonomamente. Trata-se de uma aberração jurídica. O funcionamento da Constituinte é atribuição do regimento interno da própria Assembléia e não de legislação ordinária. Ao colocar esse empecilho, o líder do PMDB objetivamente dificulta a participação dos chamados pequenos partidos.

Caso a lei dos partidos não seja aprovada ainda este ano, estará criado um grave problema, impedindo na prática a organização e funcionamento dos partidos novos e recém-legalizados. O presidente José Sarney, preocupado com o impasse, estaria disposto a patrocinar uma solução para o problema com o Tribunal Superior Eleitoral, ampliando para até 15 de novembro de 1986 a habilitação concedida para o funcionamento desses partidos.



Pimenta da Veiga quer "disciplinar" os pequenos partidos

Direita conspira contra Nova República

Grupos de direita continuam agindo, principalmente na chamada "comunidade de informações", com o fito de desestabilizar o governo. O próprio porta-voz da Presidência da República, jornalista Fernando Mesquita, confirmou estas atividades. Mas, contraditoriamente, o jornalista afirmou que o SNI acompanha "atentamente" estes conspiradores.

O episódio é esclarecedor. Por um lado, o próprio governo reconhece que os golpistas permanecem ativos. Além das pressões econômicas e políticas, tanto no processo eleitoral como diretamente sobre o governo, a outra alternativa da direita é a conspiração. Mas, ao mesmo tempo, o Planalto ainda mantém o SNI como instrumento para informá-

lo sobre esta gente. Eliminando-se a hipótese de muita ingenuidade, o mais provável é que o governo não conseguiu reunir forças e coragem, para desmantelar o SNI - que faz parte evidentemente desta "comunidade de informações" que o próprio porta-voz da Presidência reconhece ser composta de grupos muito perigosos. Não vai ser colocando "cachorro para vigiar língua" - como diz o nosso povo - que o governo vai assegurar a sua estabilidade.

Para se ter uma idéia da gravidade das coisas, logo em seguida a estas declarações de Fernando Mesquita, a imprensa foi procurar o ministro do Exército, general Leônidas Gonçalves. Suas respostas são ilustrativas. Primeiro disse que não tinha ouvido nada a respeito

do assunto. O que é muito estranho. Como um ministro do Exército não se informa sobre questão de tal importância, dita pelo porta-voz oficial da Presidência? Será que uma autoridade neste posto nem ao menos lê os jornais diários? Depois, o mal informado general acrescentou: "Você já imaginaram o povo brasileiro vivendo sob qualquer tipo de regime autoritário?" Dando a entender que a hipótese de um retrocesso de direita é inteiramente descartável. Mas o próprio general viveu muito tempo, e inclusive foi comandante do III Exército, durante o regime militar. Se ele não considera aquilo um regime autoritário, então o caso não é de má informação: é uma confissão pública de comprometimento com os

tais grupos direitistas denunciados.

O povo brasileiro anseia por liberdade. Mas seguidas vezes em sua história teve os brotos de democracia ceifados por intervenções armadas. O ponto-chave, que levou sempre à incapacidade de resistir, foi a condução burguesa do processo de democratização. Hoje o mal permanece, embora o movimento popular tenha elevado seu grau de mobilização e consciência. A vacina contra os arreganhos de direita é o povo organizado, colocando as grandes massas em ação, para defender seus direitos. Colocar em atividade esta força e promover a mais ampla unidade democrática, é a esperança de uma situação comprometimento com os

Um novo escândalo no sistema financeiro

Mais um estouro de vulto no sistema financeiro nacional eclodiu na semana passada, quando o governo decidiu decretar a liquidação de grandes e poderosos grupos do setor: o Comind, o Auxiliar e o Maisonnave. Seus proprietários causaram um rombo na economia brasileira pelo menos 6 trilhões e 836 bilhões de cruzeiros.

Nada menos do que 35 empresas (15 do grupo Comind, 13 do Auxiliar e sete do Maisonnave) serão atingidas pela liquidação. O impacto deverá ser maior do que o acarretado com a intervenção no Sulbrasil. As sujeiras e irregularidades que precipitaram a decisão governamental, a julgar pelo Banco Central, também foram fartas.

IRREGULARIDADES GRAVES

Embora não faça nenhuma acusação específica, em nota onde explica os motivos da decisão do governo o Banco Central deixa claro que as três instituições promoveram "graves violações às normas vigentes. Apurou-se a prática de irregularidades graves".

Todos os ex-administradores dos grupos (tendo à frente os ex-presidentes do Auxiliar, Rodolfo Marco Bonfiglioli; do Comind, Carlos Eduardo Quartim; e do Maisonnave, Roberto de Moraes Maisonnave) estão com seus bens sequestrados e deverão responder na Justiça pelas irregularidades praticadas.

Antes da falência, os três conglomerados receberam dos cofres públicos - a título de capitalização - nada menos que Cr\$ 3,3 trilhões. Boa parte das doações ocorreram no período do regime militar. Mas já na Nova República, o BC destinou Cr\$ 1 trilhão ao Comind, Cr\$ 850 bilhões ao Auxiliar e Cr\$ 180 bilhões ao Maisonnave.

Como sempre, a generosidade foi justificada pela necessidade de manter a



Ilustração: Grosz

normalidade e evitar o pânico no sistema financeiro. E, como é tradição neste meio, os recursos não serviram propriamente ao socorro das instituições. Diante da falência eminente, seus proprietários preferiram aplicá-los em empreendimentos e negócios escusos.

EPISÓDIOS ILUSTRATIVOS

Calcula-se que, desde 1966, ocorreram no Brasil mais de 320 liquidações e intervenções em instituições financeiras, sempre precedidas de irregularidades administrativas e de doações de recursos públicos. São fatos que mostram, em primeiro lugar, o desequilíbrio crônico do sistema financeiro nacional.

Porém, o que mais se revela nesses episódios é o imenso poder que a "aristocracia financeira" desfruta junto ao Estado - uma influência que, por sinal, vem crescendo vertiginosamente nos últimos tempos e aumenta na mesma medida em que se agiganta a dependência do governo perante

os banqueiros, os principais credores da dívida pública.

A boa vontade com que foi tratada a crise do Comind, Auxiliar e Maisonnave só é explicável por esta enorme influência. A luta que vinha sendo travada no interior do Comind (controlado pela holding Stab, formada pelos grupos de Quartim Barbosa, Paulo Egydio, Mário Slerca, Ermínio de Moraes e Vail Chaves), já há alguns anos anunciava sérias dificuldades administrativas, fartamente registrada pela imprensa.

O Comind possui 290 agências em todo o país, vendeu 40 cartas patentes ao Bradesco e, ainda assim, colocava-se, no ano passado, como o 3º grupo econômico do país. Nas suas atuações comerciais, em dezembro de 1984 apresentava quedas de 7,3% no volume de depósitos, de 22,5% nas operações de créditos e prejuízo superior a Cr\$ 86 bilhões, segundo a revista "Balanço Anual" do jornal "Gazeta Mercantil". Naquela época, ocupava o 6º lugar por depósitos totais; em julho deste ano havia declinado para a 13ª posição.

No caso do Sistema Financeiro Auxiliar, a situação não era melhor. No final de abril, o banco anunciou o fechamento de 17 de suas 129 agências e a demissão de 820 funcionários. Em julho deste ano, ocupava a 22ª posição em depósitos totais contra a 12ª no final do ano passado. O Auxiliar é controlado pelo grupo Bonfiglioli, proprietário das indústrias Cica e 9ª potência econômica privada do país segundo o "Balanço Anual". Daí, seu grande poder de pressão sobre as autoridades.

Da mesma forma, o Maisonnave, o mais frágil entre os três grupos em liquidação, enfrenta dificuldades desde a intervenção do Sulbrasil, por razões óbvias: é um grupo gaúcho, controlado pelo banqueiro Roberto Maisonnave, tendo sido diretamente atingido pela corrida dos depositantes após o estouro no Sulbrasil e Habitusul.

O que a opinião pública espera da Nova República é que as irregularidades ocorridas sejam rigorosamente apuradas e os responsáveis punidos, como anunciou o ministro do Planejamento, João Sayad. Ao mesmo tempo em que divulgava a decisão sobre a liquidação, o presidente Sarney baixou um decreto-lei sujeitando o valor do passivo das empresas em regime de intervenção ou liquidação à correção monetária, o que não ocorria até agora, evitando a esdrúxula situação que dava aos proprietários de empresas nessas condições "a oportunidade de enriquecimento ilícito", como observou o presidente (devido à lentidão dos processos de liquidação, quase todos acabavam como credores da União, apesar de toda a roubo cometida, uma vez que só os ativos sofriam correção monetária).

Aurélio Peres analisa as eleições municipais

O deputado operário Aurélio Peres, do Partido Comunista do Brasil em São Paulo, pronunciou no último dia 19 discurso na Câmara Federal onde analisa as eleições do dia 15. Publicamos trechos do pronunciamento:

Os resultados das eleições municipais do último dia 15 não deixam dúvidas: o povo brasileiro exige a promoção das mudanças constitucionais, econômicas e sociais pelas quais lutou durante os anos de ditadura militar. O povo não se acomodou com o fim do regime militar. Ao contrário, quer que a Nova República acelere o processo das transformações que motivaram a sua fundação e que, até agora, ou foram implementadas de maneira tímida, ou ainda não foram levadas à prática, principalmente nos campos econômicos e sociais. Esta "mensagem" das urnas já foi captada pelos principais líderes da Aliança Democrática. O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, por exemplo, afirmou que o povo é mudancista. Completou: "Ou nos mudamos, ou somos mudados".

A grande maioria dos 201 municípios onde houve eleições ficou mesmo com o PMDB, que se transformou no principal partido brasileiro. A maior prova do crescimento das forças populares, porém, é a qualidade de alguns dos prefeitos eleitos nas capitais, dentre os quais se destacam Dante de Oliveira, Cuiabá; Jarbas Vasconcelos, no Recife; Jackson Barreto, em Aracaju; Roberto Requião, em Curitiba; Mário Kertesz, em Salvador; e ainda Luís Caetano, em Camaçari, na Bahia.

É importante observar que todos esses prefeitos basearam sua campanha eleitoral em programas populares avançados, com propostas de transformações efetivas. Por isso é que tiveram votações consagradoras, ao contrário dos candidatos peemedebistas mais atrasados e conservadores.

Caetano: "Vamos pôr a prefeitura de Camaçari para trabalhar"

Uma das mais significativas vitórias do PMDB em 15 de novembro - afora as capitais - foi nas eleições de Camaçari, Bahia. O município, que sedia o polo petroquímico, elegeu Luís Caetano seu prefeito, com 14.512 votos - 2 mil a mais do que o candidato do PDS. A Tribuna Operária entrevistou o novo prefeito:

TO: Qual o seu balanço desta eleição municipal?

Caetano: Em primeiro lugar, a gente constata que aumentou muito a consciência política e o grau de organização do povo de Camaçari. Nós enfrentamos a fraude, a corrupção, a máquina administrativa do PDS e o apoio do governo do Estado ao adversário. Mas contamos com a mobilização do povo.

TO: Que tipo de eleitor votou em você?

Caetano: O município de Camaçari tem uma certa quantidade de operários especializados, que trabalham no Polo Petroquímico, mas a grande maioria é de operários da construção, que trabalham nas empreiteiras, e há muitos desempregados. A população trabalhadora foi quem mais votou na gente. Mas também tivemos apoio, por exemplo, de muitos comerciantes...

TO: A propósito, sua candidatura teve o apoio de um leque político muito grande, não foi? Que partidos o apoiaram?

Caetano: Olha, afora o PMDB, tivemos também o apoio do PC do B, PT, PTB, e ainda de dissidências do PDS, do PFL, do PDT...

TO: E como foi que se conseguiu tudo isso?

Caetano: Desde cedo começamos a costurar a frente com o objetivo de derrotar Humberto Ellery, o prefeito autoritário que governou Camaçari durante 20 anos. Abrimos o espaço para todos. E vamos governar com o espaço aberto, político e administrativo. Não queremos cargos antecipadamente, mas vamos

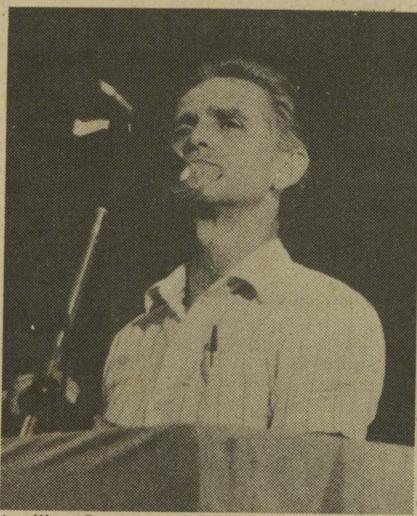


Foto: Yone Simidzu

Aurélio: "O povo exige promoção das mudanças"

dores. Repetimos: Em nossa opinião, as urnas mostraram que a nação exige mudança, e mudança já! Cadê a reforma agrária? Cadê a reposição salarial e a recuperação do poder aquisitivo das massas trabalhadoras? Por que não foram removidos, ainda, resquícios do entulho autoritário, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve e a Lei de Imprensa? Por que o governo ainda não definiu um tratamento mais firme com relação à dívida externa, principal obstáculo para o desenvolvimento do Brasil?

Não poderíamos deixar de comentar o processo das eleições em São Paulo, cujos resultados foram adversos para as forças populares. De repente, é como se tivéssemos retrocedido quatro anos no tempo, para novamente enfrentar figuras como Maluf, Delfim Netto, Erasmo Dias. As forças da extrema direita recuperaram, com a eleição de Jânio Quadros, um terreno importantíssimo justamente no coração do Brasil.

Ao fazer essa constatação, não queremos passar a impressão de que estamos diante do fim do

mundo. A vitória de Jânio Quadros não constitui uma catástrofe inelutável. Muito ao contrário, as forças populares, a classe operária e os trabalhadores saberão responder a mais esse desafio. Nós confiamos no futuro, e não será este obstáculo que nos impedirá de conquistá-lo.

Mas justamente para enfrentar este desafio, o movimento popular deverá superar divergências menores e se unir. A unidade aliada foi o que faltou para que as forças progressistas impedissem a vitória do candidato da direita. E diria que o principal erro cometido pelo PMDB foi a arrogância e a estreiteza das suas lideranças.

É interessante observar, agora, que o senador Fernando Henrique Cardoso ganhou de Jânio Quadros justamente na região sul de São Paulo, onde se concentram as maiores forças do Partido Comunista do Brasil. Isto, apesar de lá também terem muita força o PT e o PFL. É na região sul que têm as suas bases o líder pelista José Maria Marin e o vice de Jânio, Artur Alves Pinto.

Em nossa opinião errou também, e gravemente, o Partido dos Trabalhadores em contribuir para a derrota do candidato do PMDB. Que o PT podia lançar seu candidato, é direito que está longe de negarmos. O que o PT não tinha o direito era de centrar seus ataques principalmente contra o candidato e o governo do PMDB, quando o inimigo das forças populares era somente Jânio Quadros. Não podemos admitir que as lideranças mais responsáveis do PT tenham baseado a sua tática na destruição do PMDB, para afirmar a sua própria estrutura partidária, às custas do sacrifício de importantes conquistas democráticas na cidade de São Paulo. A teoria da "farinha do mesmo saco" evidentemente não é coisa séria. Eu não creio que, de fato, as lideranças do PT acreditem nisso quando afirmam que Fernando Henrique e Jânio são homens da Aliança Democrática. Fernando não é Jânio; Pazzianotto não é Gusmão; Chico Pinto não é Antônio Carlos Magalhães! Esta lição o PT tem que aprender!

O favorecimento ao Itaú

As irregularidades no sistema financeiro constituem uma rotina no Brasil, sempre envolvendo somas astronômicas. Mesmo atuando em conformidade com a legislação vigente é possível praticar uma série de "mutretas" e artimanhas para ganhar dinheiro fácil. Inclusive porque a lei, no final, foi elaborada de acordo com os interesses dos banqueiros; e, se há impedimentos jurídicos, não é difícil afastá-los, pois a "aristocracia financeira" é poderosa.

O Banco Itaú, do senhor Olavo Setúbal, por exemplo, pressionou o governo Geisel, em 1974, para modificar a legislação a seu favor na transação em que incorporou o Banco Comercial, conseguindo que a

União arcasse com todos os débitos e "prejuízos irrecuperáveis" da instituição. Um dia antes do Itaú concluir a incorporação, a lei foi alterada e o Banco Central "pôde" injetar os recursos necessários para sanear o passivo do Banco Comercial.

Segundo o deputado federal José Eudes, na transação os cofres públicos foram lesados em "Cr\$ 60 trilhões, o que foi confirmado por declarações do próprio ex-ministro Mário Henrique Simonsen". O principal beneficiário, vale lembrar, foi o banqueiro Olavo Setúbal, que responde a uma ação popular na Justiça pelo episódio. Mas outros banqueiros também usaram e abusaram da mesma mamata posteriormente.

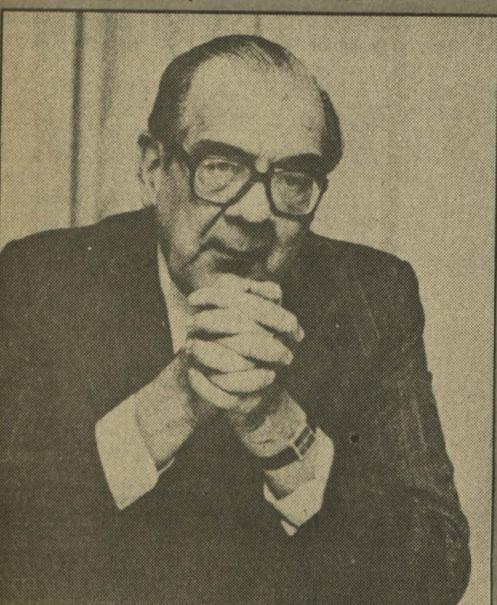


Foto: Carlos Firmerah

Setúbal pressionou, mudou a lei e ganhou trilhões

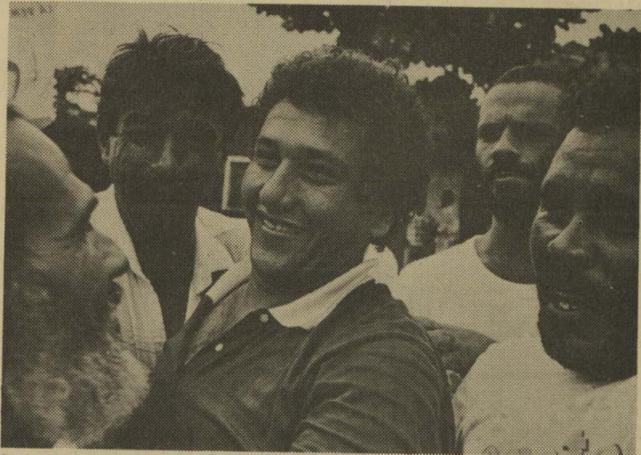


Foto: Koka

Luís Caetano, prefeito de um dos principais centros operários baianos

governar com todos dentro do programa de governo que elaboramos, para um governo democrático, participativo e popular.

TO: Até o PT? Como foi isso? E o PCB?

Caetano (ri): O PT não é muito forte em Camaçari. E há muitos anos que a gente tem puxado ele para algumas lutas políticas em conjunto. Na campanha, quando fomos costurar a frente, conversamos também com o PT. E conseguimos a adesão, primeiro de uma parte do PT, depois da outra, não teve quem segurasse a pressão. Quanto ao PCB, não tem existência no município.

TO: Vencida a eleição, quais os seus planos de governo? Quais as possibilidades, e também as limitações, de um "governo democrático, participativo e popular" no quadro concreto da Bahia e do Brasil de hoje?

Caetano: A maior dificuldade é que nós vamos herdar um município destruído. É crise na habitação, é crise na educação, é crise na saúde, crise nos transportes, crise imensa nos bairros de periferia... Tudo está em crise.

Vamos encontrar também uma Prefeitura viciada por uma das equipes mais corruptas que a Bahia já viu, a de Ellery. Pretendemos formar a curto prazo o Conselho Comunitário, com a participação das entidades,

para que a população seja ouvida na atuação da Prefeitura. E de imediato, esta semana, vamos formar uma comissão para elaborar um plano de emergência, de cem dias, que ataque os problemas mais urgentes. A comissão vai levantar as prioridades, ver também os recursos que há, e vamos arregaçar as mangas.

TO: Não dá medo assumir a Prefeitura nesse estado?

Caetano (rindo de novo): A responsabilidade é muito grande. Mas o município tem também um orçamento bastante significativo. Nós temos muita esperança, porque hoje é incrível a consciência política alcançada pelo povo de Camaçari. E temos muita coragem. (Ri outra vez) Não há medo não.

TO: Parece que a corrupção em Camaçari chega a ser mais grave que na média do Brasil. Como enfrentá-la?

Caetano: A máquina administrativa aqui é viciadíssima de alto a baixo. Só para exemplificar, a Prefeitura tem 8 mil funcionários (para um município com 100 mil habitantes), enquanto Salvador tem 22 mil. Nós vamos colocar esta gente para trabalhar. Não faremos uma "limpeza", como disseram; não vamos desempregar; mas vamos pôr para trabalhar, assim como nós trabalharíamos, sem mordomia.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ESPECIAL
A seção "Temas em debate" está excepcionalmente na página 7

Documento do PC do B sobre o Plano de Reforma Agrária

A direção nacional do Partido Comunista do Brasil divulgou uma nota sobre o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Publicamos a seguir a íntegra do documento, que tem por título "Sem uma reforma radical na estrutura agrária do país não haverá progresso social nem se resolverá o problema camponês".

1 - O presidente José Sarney assinou decreto instituindo o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto desde há muitos anos no Estatuto da Terra. Na sua versão inicial, o Plano sofreu inúmeras alterações que reduziram o seu alcance, por pressões diretas e agressivas dos latifundiários e também das Forças Armadas. A iniciativa do governo admite promover o assentamento em áreas agricultáveis nos locais em que habitem de 1,4 milhão de famílias sem terra, até o final de 1989. Além da terra, condicionada ao instituto de concessão do uso, os camponeses obterão outras vantagens: infra-estrutura básica, assistência técnica, crédito rural, serviços de saúde e educação.

Os comunistas, sempre ao lado dos camponeses que reclamam a terra para trabalhar, consideram que o Plano governamental satisfaz parcialmente certas reivindicações das massas do campo, sem resolver os problemas fundamentais, numa tentativa de contornar a questão agrária no Brasil, cada vez mais exacerbada.

2 - Os comunistas julgam imprescindível que os camponeses se mobilizem e se organizem em todo o país para exigir a aplicação do Plano de Reforma Agrária, objetivando o imediato assentamento das famílias carentes de terra e de recursos, a absorção legal dos posseiros vítimas da grilagem e o atendimento das providências indispensáveis ao trabalho agrícola. A criação de Comitês ou Comissões de Reforma Agrária, representativos das massas interessadas, torna-se urgente. O movimento sindical dos trabalhadores rurais jogará papel de primeiro plano na organização dessas Comissões e na mobilização camponesa. As comissões terão que entrar em entendimento com as autoridades regionais incumbidas da realização do Plano e decidir de imediato as localizações do assentamento e a ocupação das áreas indicadas. Os camponeses não devem esperar passivamente que o INCRA e o MIRAD solucionem tudo, tendo em conta a burocracia, a incuria dos governantes e a resistência inevitável das forças retrógradas. Haverá certamente disputa em torno das áreas a serem ocupadas, é importante lutar para evitar que a escolha recaia em terrenos de qualidade inferior ou de difícil acesso. Os intentos de procrastinar a reforma, bem como os freqüentes atentados contra os camponeses, precisam ser vigorosamente denunciados e respondidos com ações de massas. Cada passo na concretização das medidas constantes do Plano exigirá a participação coletiva das massas e a vigilância na defesa dos seus direitos.

3 - A reforma proposta pelo governo tem cunho burguês-latifundiário, segue o caminho da grande transformação capitalista da grande propriedade rural. Embora apresente aspectos positivos, pois cria um instrumento legal de luta pela terra, não atende às aspirações maiores das grandes massas que vivem e trabalham no campo, nem satisfaz os reclamos das forças progressistas. Preserva a

propriedade latifundiária, inclusive a que pertence ao capital estrangeiro que se apossou de imensas áreas no campo reforçando seu domínio no país. Escorcha as massas camponesas com o pagamento dos terrenos que lhes forem adjudicados. O custo da reforma é elevadíssimo e recairá principalmente sobre as famílias camponesas que deverão pagar, além da terra, a parcela correspondente à infra-estrutura dos assentamentos familiares. O preço da terra (nua), imposto pelos latifundiários, será o do mercado, ou seja, da especulação imobiliária. Mas para o pagamento de impostos continuará vigorando o valor da propriedade declarado pelo latifundiário no cadastramento oficial, em geral irrisório.

A conservação da grande propriedade latifundiária retarda o desenvolvimento das forças produtivas, obstaculiza o incremento do mercado interno, é fator de atraso político e social. Essa conservação, explícita no Plano, considera intocáveis não somente as extensas áreas onde se encontram as empresas rurais, como também os imóveis, mesmo dentro das zonas prioritárias ao assentamento de camponeses, desde que nelas haja incidência de arrendatários e de parceiros (arrendamento e parceria são empecilhos ao livre desenvolvimento do capitalismo no campo). A criação, na periferia dos latifúndios, de zonas de pequenas explorações familiares não altera substancialmente o quadro atual, nem significa uma redistribuição da propriedade. Elas serão estabelecidas principalmente em terras públicas, de órgãos do poder público ou em áreas ociosas, não aproveitadas, das grandes propriedades. Visa acomodar em certa medida o descontentamento reinante no campo entre as massas desprovidas de terra e sem meios de subsistência. Ao mesmo tempo, procura dar solução ao problema que se agrava da produção para o mercado interno. Com o modelo dependente da economia brasileira em vigor, as grandes empresas rurais passaram a desenvolver a produção destinada à exportação, principalmente a da soja, do café, do açúcar e, agora, a do álcool-combustível. Esses produtos exportáveis são muito mais lucrativos. As pequenas explorações familiares, em implantação, caberão fundamentalmente a produção de matérias-primas e de gêneros alimentícios para o consumo interno, menos rentáveis e sujeitos a especuladores e intermediários.

4 - Ao acatar a iniciativa limitada do governo, os camponeses terão de lutar, na terra conquistada, contra o aspecto espoliador da reforma. Não poderão melhorar de situação se persistirem os pesados encargos que pesarão sobre eles, além dos contratempos oriundos da sua condição de pequenos produtores. A luta pela terra continuará, uma vez que o Plano atinge apenas 1,4 milhão de famílias, quando existem no país, pelo Censo de 1980, já ultrapassado, cerca de 7,2 milhões de famílias atravessando dificuldades crescentes. A disparidade de condições sociais é enorme: dos 12,6 milhões de



Foto: Ricardo Schmitt

As ocupações (na foto, na Serra de Ibiapaba) refletem o anseio dos trabalhadores pela terra

pessoas economicamente ativas no campo, somente 303.900 são empregados. Entre posseiros, que trabalham em condições precaríssimas, bóias-frias, assalariados em geral, parceiros, mão-de-obra gratuita e outros há mais de 12 milhões de pessoas.

Os minifúndios, boa parte reduzidos a 2 ou 5 ha, somam 2 milhões, enquanto 1% dos proprietários agrícolas domina metade da superfície agrária. Em tais condições, o prosseguimento da luta no campo será inevitável. A reforma não resolverá a grave situação do campo. Tampouco conduzirá, como reza o Estatuto da Terra, à liquidação progressiva do latifúndio e do minifúndio. Ao contrário, redundará no fortalecimento e aumento do latifúndio, simultaneamente com o contínuo e permanente esfacelamento da pequena propriedade familiar. Não cessará, assim, o combate pela abolição da propriedade latifundiária, profundo anseio de milhões de camponeses sem terra ou com pouca terra.

5 - O Brasil necessita de uma profunda e efetiva reforma da estrutura agrária, que permita o mais rápido e livre desenvolvimento das forças produtivas. Sem uma reforma radical dessa estrutura não haverá progresso social nem se resolverá o problema camponês.

O Partido Comunista do Brasil, decidido a apoiar toda medida que ajude as massas e facilite a luta no campo, propugna uma reforma agrária antilatifundiária, como consta do seu Programa. Não alimenta ilusões de que uma reforma dessa envergadura possa ser efetivada por governos das atuais classes dominantes. É necessário construir uma sólida aliança operário-camponesa, como base da unidade mais ampla do povo e conquistar um governo democrático popular disposto a conduzir o país pelo caminho do progresso real, da verdadeira independência nacional, rumo ao socialismo.

A Comissão Nacional Provisória do Partido Comunista do Brasil, novembro de 1985.

O aumento das ocupações de terra em todo o país

Desde o início do governo da Nova República e particularmente após o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, em fins de maio, ocorreu um grande crescimento das ocupações de terras ociosas por todo o Brasil. Os sem-terras, animados com a conquista de um governo mais democrático e com as promessas de distribuição de terra, tomaram a iniciativa de fazer por conta própria a sua reforma agrária.

Segundo o levantamento parcial feito pela **Tribuna Operária**, com base nas precárias notícias da imprensa burguesa, desde abril mais de 12 mil famílias de lavradores já ocuparam áreas agricultáveis (veja o quadro). Alguns ocupantes obtiveram vitórias, com a conquista do título definitivo de posse da terra. Outros ainda aguardam a solução do governo, mantendo-se mobilizados para garantir um pedaço de chão para seu sustento.

FAZENDA ANNONI

A mais recente ocupação ocorreu no município de Sarandi, no Rio Grande do Sul, a 350 quilômetros de Porto Alegre. Cerca de 6.500 agricultores sem terra, vindos de mais de 70 municípios gaúchos, furaram o bloqueio da Brigada Militar e acamparam na Fazenda Annoni.

Nos últimos dias, a tensão começou a tomar conta do acampamento. É que terminou o prazo (30 de novembro) que os ocupantes receberam para ficar na fazenda - tempo em que se realizou

uma perícia judicial.

A Annoni é objeto de disputa judicial há 12 anos, entre seus proprietários e o Incra, e estava em sua fase final de julgamento quando foi ocupada pelos colonos sem terra. A área estava destinada a assentar 350 famílias de agricultores desalojados de suas terras com a construção da barragem de Passo Real, em 1972. Agora, os afogados de Passo Real ameaçam invadir as terras da Annoni, gerando maiores conflitos.

Além disso, 2.500 sem terras que ocuparam seis hectares da fazenda esperam até o dia 15 de dezembro para que o governo arranje terra para reassentá-los. Se isto não ocorrer, pretendem arar as terras onde estão os acampados, o que provocará maiores reações dos fazendeiros locais.

Para aliviar a situação de miséria dos acampados, no último dia 19 foram liberados Cr\$ 25 milhões e o Inamps recebeu autorização para efetuar 175 baixas hospitalares mensais em um hospital de Passo Fundo. Isto deverá apenas minorar os problemas dos populares.

Os ocupantes da Fazenda Annoni têm enfrentado inúmeras vicissitudes, inclusive a ação da polícia. Na semana passada, a Brigada Militar impediu a entrada no acampamento de materiais de construção para um hospital de campanha. Depois de reter o material na barreira montada na Encruzilhada Natalino, a PM levou-o para local ignorado. Apesar disto, os colonos se mantêm firmes na luta pela terra.



Assembléia dos ocupantes da Fazenda Annoni: a luta por um pedaço de terra

LOCAL (ESTADO)	MÊS	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Seringal Catuaba (AC)	abril	400
Romelândia (AC)	maio	1.300
Nova Iguaçu (RJ)	maio	87
Porto Feliz (SP)	maio	30
Goiaás	maio	56
Macal (RJ)	---	---
Boa Vista do Tupim (BA)	junho	57
Pedra (PE)	agosto	600
Lagoinha (CE)	agosto	150
Boldim (BA)	agosto	28
Iturana (BA)	agosto	50
Mameleiro (PA)	agosto	300
Fazenda Santo Antônio do Macaré	setembro	25
Pontal do Paranapanema (SP)	setembro	300
Maracá (SP)	setembro	---
Teodoro Sampaio (SP)	setembro	---
Mulungu (PB)	outubro	60
Marabá (PA)	outubro	---
Andradina (SP)	outubro	200
Ponte Negra (AM)	outubro	500
São Mateus (ES)	outubro	1.300
Mogi das Cruzes (SP)	outubro	30
Fazenda Guarani (SP)	outubro	54
Nova Odessa (SP)	outubro	500
Fazenda Annoni, Sarandi (RS)	outubro	6.500
Total de famílias		12.527

Foto: Adolfo Gerchman



O Plano de Reforma Agrária não é suficiente para atender os reclamos dos camponeses

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Foto: Milton Mendes Filho



No município de São Paulo apenas 6 em cada 100 crianças conseguem vaga numa creche

Pajens param e mostram a realidade das creches

As 4.500 pajens das creches municipais de São Paulo paralisaram o trabalho durante 14 dias, reivindicando uma melhoria salarial em torno de Cr\$ 120 mil. As grevistas não alcançaram seus objetivos, mas esta luta chamou a atenção para a situação caótica enfrentada pelas mães trabalhadoras que não têm onde deixar seus filhos. Apenas 6% das crianças da capital estão em creches.

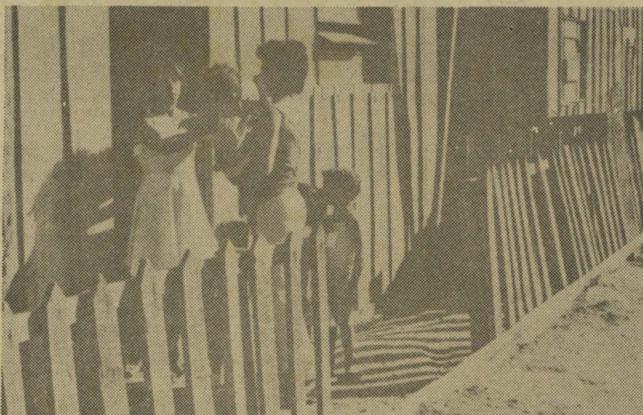
A greve das pajens das creches municipais iniciou-se dia 7 de novembro, tendo como reivindicação central a mudança da referência 9A (Cr\$ 690 mil) para 13A (Cr\$ 811 mil) no quadro geral do funcionalismo. O fato das pajens terem sido excluídas de um adicional de 33% concedido pela prefeitura aos funcionários operacionais, em outubro, contribuiu para precipitar o movimento.

Das 195 creches que possuem pajens, 133 ficaram paradas totalmente e 15 parcialmente. O prefeito Mário Covas não aceitou negociar fora do período da data base do funcionalismo público, que é 1º de janeiro. As grevistas voltaram ao trabalho dia 21, sem conseguir seus objetivos.

ATENÇÃO À CRIANÇA

Esta reivindicação justa das pajens também serviu para mostrar a pouca atenção que os órgãos governamentais ainda dispõem para as crianças de origem proletária. No município de São Paulo existem apenas 505 creches que atendem 52.500 crianças de 0 a 6 anos, atendendo apenas 6% dos menores desta idade.

Nos bairros de periferia é onde este problema é mais sentido, pois ali se concentram as famílias de trabalhadores de baixa renda. No Brasil é cada vez maior o número de mulheres que trabalham fora de casa. Atualmente existem aproximadamente 16 milhões de mulheres assalariadas e metade



Mãe sai para trabalhar e é obrigada a deixar o filho com a vizinha

delas são casadas. A lei é muito falha na proteção à criança. A CLT diz que até os seis meses a mãe terá direito a um descanso na jornada de trabalho para amamentar o bebê. E depois dos seis meses quem cuida da criança?

CONVÊNIOS SUSPENSOS

O artigo 389 da CLT obriga as empresas com mais de 30 empregadas a oferecer berçários ou permitir que estas firmas façam convênios com creches. Mas a lei é desrespeitada descaradamente. Em São Paulo existem 62 mil empresas e apenas 38 delas possuem creches. Como a CLT não especifica o local onde deve ficar a creche conveniada, há casos delas ficarem há vários quilômetros das empresas, impossibilitando na prática que as operárias as usem.

Para coibir estes abusos, em outubro deste ano o advogado José Carlos Stein, titular da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo suspendeu esses convênios devido "a safadeza que domina o sistema de creches conveniadas por empresas". Segundo ele, 5 mil empresas da capital paulista estão burlando o artigo 389 da CLT.

No ano passado, durante os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito sobre Creches na

Câmara Municipal, Nair Goulart, diretora do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, declarou que "em 99% das empresas de nosso setor não existem creches". Naquela época existiam 350 mil metalúrgicos no município, sendo que 65 mil eram mulheres.

ONDE DEIXAR O FILHO

Obrigadas a trabalharem fora, as mulheres enfrentam um problema sério, que é onde deixar seus filhos. Muitas deixam sob a guarda dos irmãos mais velhos, com os vizinhos ou na casa das "crecheiras", sem nenhum cuidado especial. Por sinal, foi nos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo que teve início o movimento por creches na periferia. Esta mobilização se alastrou, formando o Movimento de Luta por Creches, atingindo vários bairros.

Fruto destas mobilizações, algumas conquistas foram alcançadas. Em 1979 o prefeito Reynaldo de Barros prometeu construir 2 mil creches, sendo que entregou apenas 124, assim mesmo sem as mínimas qualidades técnicas. Atualmente a construção de creches aumentou, apesar do orçamento da Fabes destinado ao programa do menor ter decrescido entre 1980 e 1984.

Governo não cede e médicos paulistas continuam a greve

A greve dos médicos que trabalham para o Estado e para a Prefeitura de São Paulo, iniciada dia 31 de outubro, continua num impasse. Os grevistas estão exigindo equiparação salarial igual a de seus colegas do Inamps que recebem Cr\$ 4,2 milhões, enquanto os médicos do Estado ganham um salário de Cr\$ 1,8 milhão e os da Prefeitura Cr\$ 2,1 milhões. Segundo João Ladislau Rosa, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo, "o governo do Estado e do município dizem que estão em dificuldade

financeiras para dar esta equiparação e também alegam que se atendessem suas reivindicações teriam que dar aumento para outros setores do funcionalismo, o que estouraria os orçamentos".

O governo reconheceu que a reivindicação é justa e criou uma comissão para elaborar a proposta da política Nacional de Recursos Humanos para o setor social formada com representantes do Inamps, do Estado, do município, da CUT e Conclat. João Ladislau acrescenta que

também "pediram para a gente voltar a trabalhar, mas a assembleia com mais de 600 médicos recusou tal proposta por não haver nada de concreto sobre a equiparação".

RESPOSTA DO SINDICATO

O Sindicato dos Médicos enviou um documento ao governo explicando que quer uma "equiparação em prazo não distante, como resultado das gestões a nível federal ou, falhando estas, através da decisão dos governos estadual e municipal. Recebida garantia neste sentido, e com prazo aceitável pela assembleia dos médicos do Estado de São Paulo, comprometemo-nos a encerrar a greve logo a seguir".

Cerca e 95% dos médicos do Estado e do município continuam parados. Os hospitais e centros de saúde só estão fazendo serviços de emergência e internações. Em outros Estados esta luta pela equiparação salarial com o Inamps tem mobilizado a categoria, como ocorreu recentemente na Bahia e em Goiás. Neste último Estado os médicos fizeram greve e a prefeitura de Goiânia atendeu as reivindicações dos grevistas.

Patrulheiro mirim: forma fácil de explorar o menor

O aluguel da mão-de-obra menor no mercado de São Paulo transformou-se, nos últimos anos, num bom negócio. É sobretudo fácil e lucrativo, o que pode ser observado na proliferação de empresa no novo "setor", que conta, inclusive, com uma "instituição" para patrocinar o treinamento dos trabalhadores: o "Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro - CAMP".

O nome, pomposo, parece indicar uma entidade de característica filantrópica, desinteressada. Mas, na realidade, os menores recrutados pelo CAMP - e empregados, em geral, nos bancos e em diversas empresas de serviços, quase sempre como office-boys - vêm sendo vítimas de uma exploração e de tratamentos nada "amigos".

Eduardo Gomes, de 16 anos, é um dos menores que a entidade treinou. Através da empresa Caxingui, sua força de trabalho foi alugada para a Xerox do Brasil como "boy". Ele conta: "Eu soube do CAMP através de um amigo e, como precisava de um emprego, fui lá procurar. Fiquei mais de dois meses fazendo um curso, onde eles ensinam a mexer com cheque, guia de rua, lista telefônica e arquivo".

"Então", continua, "me empregaram na Xerox, com um salário de Cr\$ 266 mil, sem carteira assinada e sem nenhum outro direito. Até o uniforme do CAMP a gente tem de pagar e sabemos que as empresas pagam bem mais pelo nosso trabalho. O restante deve ficar com o pessoal do CAMP".

BUSCA DE EMPREGO

O número de menores que procuram emprego "é cada dia maior", conforme Eduardo. As razões são simples: o desemprego, aliada aos baixos salários, pressiona a família dos trabalhadores para que jogue todos os seus membros no mercado de trabalho a fim de obter uma renda compatível com as necessidades básicas de sobrevivência.

"Lá em casa", diz Eduardo, "moro com minha mãe, que é cabeleireira. Meu pai abandonou a família. Tenho três irmãos, mais novos que eu, que não trabalham. Eu tenho de dar um 'jeito' para ajudar a velha garantir comida".

Joel Teodoro da Silva, de 15 anos, foi recrutado pelo CAMP, trabalhou alguns meses na Xerox do Brasil e foi despedido. "Eu também preciso de trabalhar para ajudar em casa. Meu pai é vigilante e ganha Cr\$ 700 mil. Minha mãe é auxiliar de enfermagem, ganha apenas Cr\$ 400 mil. Tenho um irmão mais velho, que é 'office-boy' e ganha Cr\$ 600 mil, um outro, de 12 anos, que trabalha na Eldorado. É preciso que todos trabalhem para que a gente possa viver".

Outro que foi empregado através de empresas vinculadas ao CAMP e encontra-se atualmente desempregado é o menor Hélio Ricardo Dias de Oliveira, de 15 anos: "Meu pai morreu e minha mãe trabalha como faxineira ganhando o salário mínimo. Tenho um outro irmão, Ildebrando Dias de Oliveira, de 17 anos, que também trabalha para as empresas ligadas ao CAMP,

mas está para ser despedido pois a política é demitir quando a pessoa completa 18 anos".

LUTA DOS MENORES

Os menores chegaram a organizar um movimento de protesto contra as condições de trabalho impostas através do "Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro", reivindicando "salários melhores, pelos menos o mínimo, e registro em carteira", segundo Joel Teodoro da Silva. Eles tentaram realizar uma passeata na avenida Paulista, "mas ela não saiu".

"Nós queremos trabalhar mas sem superexploração como ocorre agora", ressalta Teodoro da Silva. "Sabemos que a condução está cara, o custo de vida é grande. Por que temos de trabalhar por tão pouco?", indaga. O movimento, naturalmente, não contou com a simpatia do CAMP, que chegou a ameaçar todos os menores que participassem de demissão. "O CAMP, que é ligado ao Rotary Clube, não está interessado em nossos direitos, quer mais é ganhar dinheiro às nossas custas, mas nós vamos acabar obrigando eles a aumentar nossos salários e a assinar carteira", garante Teodoro da Silva.



"O CAMP ganha às nossas custas", denunciam os "patrulheiros"

Gráficos renovarão sindicato paulista

No início de dezembro os gráficos da capital paulista escolherão a nova diretoria do seu sindicato. Concorrem ao pleito três chapas. A 1, de situação, é encabeçada por Maffei, presidente da entidade há vários anos e conhecido pelo seu imobilismo sindical. A 2, de oposição, é formada por lideranças conhecidas da categoria, respeitadas nos seus locais de trabalho. E a 3, composta por ativistas vinculados ao PT, foi formada na última hora e cumpre, na prática, o papel de dividir os votos oposicionistas, permitindo que o pelego se mantenha no sindicato.

A eleição promete ser das mais difíceis, inclusive porque o velho pelego dá mostras de que utilizará de muita corrupção e fraude para se

manter na entidade. Apesar disso, a Chapa 2, verdadeira oposição, está confiante na vitória.

GREVE EDUCATIVA

Na greve da categoria, realizada no início do mês, as lideranças oposicionistas estiveram à frente da luta. Dirigiram as maiores assembleias gráficas já realizadas, reunindo até 5 mil grevistas.

Coordenaram os piquetes que paralisaram as principais indústrias do setor. Graças a esta disposição de luta, a paralisação foi vitoriosa, conquistando um acordo vantajoso, comemorado com entusiasmo nas fábricas.

A greve também serviu para desmascarar de vez os elementos da chapa situa-

cionista. Maffei e seus apiniguados (inclusive ativistas ligados ao PCB) nada fizeram pela greve. Não se preocuparam sequer em arrumar carros-de-som para mobilizar os grevistas. Já os membros da articulação petista ficaram à margem do processo e chegaram a ser vaiados em algumas assembleias massivas.

"A categoria saberá reconhecer, na hora do voto, quem realmente está comprometido com sua luta por melhores salários e condições de trabalho. Identificará a Chapa 2 como a que realmente tem condições de fortalecer o sindicato, tornando-o um instrumento de luta e organização", raciona Nilson Ramos, encabeçador da chapa oposicionista.

Professores do Piauí vão às urnas

No próximo dia 24 de novembro ocorrerão as eleições para nova diretoria da Associação dos Professores do Estado do Piauí (Apep). Mais de 6 mil docentes da rede estadual do ensino estão aptos a votar.

Seis chapas disputaram o pleito sindical. Entre elas, apresenta-se a chapa Renovação, composta por lideranças com tradição de luta em defesa dos interesses da categoria. Sua campanha eleitoral tem encontrado boa receptividade nas escolas devido a coerência de suas propostas e pela firmeza de seus integrantes.

ANSEIO DE MUDANÇAS

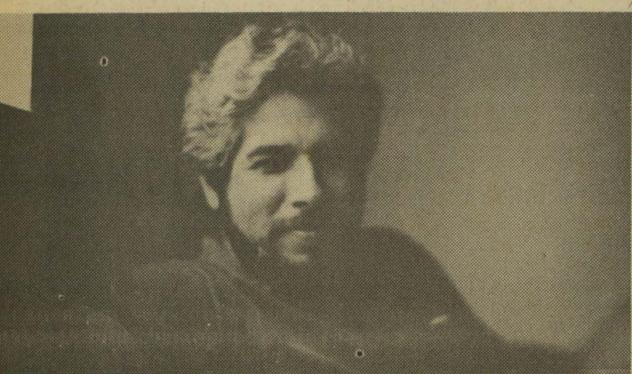
Entre os professores piauienses há grande expectativa de que estas eleições

servam para renovar e dinamizar a Apep. A entidade não tem correspondido aos anseios de luta da categoria, estando amorfa e imobilizada. Isto ocorre sobretudo porque o atual presidente da associação tem se mantido distante da categoria e se comportado de forma autoritária. "O magistério irá às urnas para mudar", afirma Kleber Montezuma, candidato a secretário-geral pela chapa Renovação. Para ele, "a categoria necessita de uma entidade que tome a frente nas lutas por melhores salários, pela semestralidade e pelo 13º salário".

Na reta final da campanha eleitoral, os integrantes da chapa oposicionista estão confiantes na vitória. Segundo Kleber Montezuma, "a categoria conhece os integrantes da nossa chapa. Sabe que são pessoas sérias, comprometidas com a luta da classe. No trabalho que temos feito nas escolas, divulgando e discutindo com os colegas as nossas propostas sindicais, encontramos boa acolhida".

Montezuma conclui: "A chapa Construção é a única que tem condições de livrar a Apep do imobilismo e do marasmo. A nossa categoria, bastante explorada e aviltada, necessita de uma entidade de luta que organize e mobilize o conjunto dos professores piauienses. Só assim poderemos arrancar do governo melhores salários e condições de trabalho".

Segundo Kleber Montezuma, "a categoria conhece os integrantes da nossa chapa. Sabe que são pessoas sérias, comprometidas com a luta da classe. No trabalho que temos feito nas escolas, divulgando e discutindo com os colegas as nossas propostas sindicais, encontramos boa acolhida".



João Ladislau: "Governo pediu a volta ao trabalho, mas não aceitamos"

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois (da sucursal)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Várias faces dos petistas

Para se orientar em política, não se pode ficar nas aparências das coisas e sim estudar o seu conteúdo. Nestas eleições em particular, enquanto o PT festeja o que chama de grandes êxitos, ajudado por ampla cobertura dos meios de divulgação burgueses, os trabalhadores têm interesse em compreender o que está por trás da campanha petista.

CHEIRO DIFERENTE

Em 1982, o grande lema dos petistas era "trabalhador vota em trabalhador". E tratavam de colocar como candidatos homens com "cheiro de povo", como eles mesmo diziam. Assim, as vedetes eram Lula, Jacó Bittar, Manoel da Conceição, Djalma Bom etc.

Este ano, comandados por uma estrela invisível, os dirigentes desta agremiação fizeram reformulações consideráveis. A campanha tinha mais cheiro de água de rosas, suave, diferente de tudo. O carro-chefe era Matarazzo Suplicy, dificilmente apresentável como trabalhador. Em Vitória o grande cacique na campanha era o empresário Luís Buaziz, ex-Arena e atualmente do PFL. Enquanto isto, na televisão petistas destacados e conhecidos pelo velho "radicalismo", ficaram em segundo plano. Mesmo Lula, Bittar, Djalma, Meneguelli, Perly Cipyano, Novais, misteriosamente ficaram de escanteio. Lula foi encerrar a campanha do PT em Manaus, bem longe. Em seu lugar novelinhas, quadros humorísticos, cenas românticas e outros flashes bem sofisticados, muitas vezes satirizando programas conhecidos de televisão, estudados e produzidos por gente altamente especializada. Em suma, diferente de tudo que a imagem inicial do PT anunciava.

ESCONDENDO AS UNHAS

Mas toda esta publicidade vendendo candidato a prefeito como sabonete tinha uma preocupação central de bombardear a Nova República e as forças democráticas. Isto era o elo comum em plano nacional. E de certa forma, ao apresentarem-se como "bons moços" e falarem contra as vacilações de fato existentes nos atuais governantes, ao prometerem coisas justas mas muitas vezes demagógicas nos movimentos de massas, conseguiram capitalizar boa parte do descontentamento entre os brasileiros. Aparecem agora com uma face social-democrata mais definida, reformista, sem radicalismos verbais. E, vale a pena assinalar, os trotskistas, sempre tão "intransigentes", amoldaram-se mansamente a esta nova fisionomia.

Terminada a batalha, como o gato que arranha e esconde as unhas, o PT trata de se eximir inteiramente da responsabilidade pela vitória de Jânio Quadros em São Paulo. Cuida rapidamente de apagar o remorso de muitas de suas bases que foram convencidas a fortalecer o partido com a desculpa de que o vencedor seria de qualquer modo Fernando Henrique - pretexto já utilizado anteriormente na ocasião do Colégio Eleitoral.

SERVIÇO SUJO

Mas a tal estrelinha invisível que orientou esta face nova, continua agindo. Agora já articula nos bastidores uma coordenação entre PT e PDT, para dar prosseguimento à campanha de desestabilização política. E, para um bom observador, fica evidente que há um fio condutor ligando esta atividade com a de Jânio Quadros, que quer "libertar o presidente Sarney das amarras" - isto é impedir a presença das forças democráticas no governo federal. É a "esquerda" a serviço da direita.

A guinada silenciosa desta organização, antes com fachada aguerrida, para o partido-sorriso, sem que ninguém proteste, assim como as alianças objetivas que faz, alertam para o fato de que o PT é comandado por forças poderosas, que permanecem nas sombras, cujos interesses nada tem a ver com os trabalhadores.

(Rogério Lustosa)

Convenção 87 da OIT

Quem defende a divisão sindical

Na edição passada, a *Tribuna Operária* expôs como surgiu e para que serve a Convenção 87 da OIT - que poderá em breve ser aprovada pelo Senado e virar a lei sindical máxima do Brasil. E concluiu: apesar da aparência progressista, a Convenção visa estimular a divisão dos sindicatos e pulverizar a força dos trabalhadores. Agora, mostraremos quais são os seus principais defensores no país, suas razões e argumentos.

Para os que ainda duvidavam, ou tentavam esconder o empenho das forças reacionárias na aprovação imediata da Convenção 87, a declaração do general Ivan Mendes, ministro-chefe do famigerado SNI, caiu como uma bomba. "A ratificação da Convenção atende aos interesses dos trabalhadores. O país está inclusive atrasado nesse sentido, afirmou o ministro.

É evidente que a preocupação da comunidade de informações não é com "os interesses dos trabalhadores". O SNI é conhecido como um dos principais órgãos militares de repressão ao movimento sindical. Era ele quem elaborava os arbitrários "atestados ideológicos" da ditadura, impedindo que lideranças operárias combatessem as candidaturas em eleições sindicais. O SNI também fornecia as listas de dirigentes sindicais "subversivos" para que o ministro do Trabalho cassasse os seus mandatos. E hoje, apesar das mudanças democráticas operadas na Nova República, o SNI continua exercendo papel repressor. Mantém sua posição arrogante de se intrometer nos assuntos trabalhistas, mapeando as lideranças sindicais de luta e taxando as greves como "obra de meia dúzia de baderneiros".

A declaração do ministro do SNI não causa surpresa. Há muito que as forças mais retrógradas da sociedade brasileira tentam enfraquecer a luta operária e sindical. Como sentiram que não dá mais para contar apenas com a repressão, tentam agora substituí-la pela divisão do movimento sindical e o impasse nas negociações coletivas

SNI, PDS E Maluf na defesa do pluralismo

Não é para menos que na aprovação da Convenção 87 na Câmara Federal, em agosto passado, os mais ardorosos defensores foram os deputados do falido PDS - o partido de sustentação do regime militar. E que o próprio candidato da direita à presidência da República, Paulo Maluf, não esconde seu desejo de dividir os sindicatos. No seu programa ao Colégio Eleitoral, "Brasil Esperança", Maluf afirmava cinicamente: "A pluralidade sindical ajusta-se melhor às sociedades abertas, democráticas".

A posição destas forças reacionárias expressa o anseio de parcela expressiva do empresariado nacional - para não falar da burguesia internacional que já experimentou, e aprovou, a Convenção 87 em seus países de origem. Segundo o advogado José Carlos Arouca, diretor do Sindicato dos Advogados de São Paulo e assessor jurídico de várias entidades de trabalhadores, "a maioria dos industriais paulistas defende a Convenção. Eles sabem que isso enfraquecerá o poder de barganha dos trabalhadores".

Lógico que os capitalistas preferem se manter discretos quanto às suas reais intenções, evitando "queimar" de vez a Convenção 87 entre os trabalhadores. Só alguns mais afoitos expressam abertamente seu parecer favorável a imediata ratificação, como o empresário Luís Octávio Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Já a imprensa burguesa não tem papas na língua. Em recente editorial, o



Defesa intransigente da unidade sindical na Conclat de 1981: uma bandeira que está na ordem-do-dia

jornal "O Estado de São Paulo", intransigente defensor do capital estrangeiro, aplaudiu a Convenção da OIT e, de forma camuflada, argumentou: "Ao sindicato único sucederá a pluralidade sindical".

As únicas reticências que partem do empresariado são sobre os efeitos que a Convenção teria sobre os sindicatos patronais, particularmente no tocante à extinção do Imposto Sindical.

Vale acrescentar ainda que a pretensão da burguesia de dividir os sindicatos encontra guarita em setores da Nova República. É visível que áreas governamentais apressam a votação da norma internacional, impedindo o debate democrático, e elas têm a clareza que esta é uma ameaça à unidade sindical. No início de novembro, o ministro, preocupado com a campanha salarial unificada dos trabalhadores paulistas, disse, em tom de chantagem, a um dirigente sindical metalúrgico: "Se houver greve o governo forçará a aprovação da Convenção da OIT".

Mas, para fragmentar o movimento sindical, a burguesia não trabalha sozinha. Ela conta com a ajuda empolgada de algumas correntes políticas e religiosas que atuam no meio sindical e operário brasileiro. É o caso da Igreja Católica e da central sindical petista, a CUT.

Quanto à primeira, não é de se estranhar sua defesa do pluralismo sindical. Desde a fundação da Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, em 1920, que a hierarquia católica luta para dividir os sindicatos e criar suas entidades próprias. O objetivo é atrair os assalariados para seu programa reformista e tirá-los da área de influência das forças revolucionárias. "A vida econômica e social implica na colaboração de todos os filhos do mesmo povo. Rejeita, portanto, a violência e a luta de classes", afirmava o programa da CISC.

No Brasil, a Igreja sempre buscou atingir esse intento. Os próprios Círculos Operários Cristãos tinham como meta maior tornar-se sindicatos e combater as entidades sindicais dirigidas pelos comunistas. Em 1940, em pleno Estado Novo, a alta hierarquia católica chegou a dirigir um vago ao ditador Getúlio Vargas para que transformasse os 415 Círculos Operários existentes em sindicatos paralelos. Já na Constituinte de 1946, os deputados vinculados à "Liga Católica" aliaram-se aos parlamentares reacionários da UDN e PDS para defender um projeto que implantava legalmente o plurisindicalismo no Brasil.

Quanto à CUT, sua prática recente tem mostrado

que a corrente sindical petista almeja ganhar a hegemonia do movimento sindical na marra. Quando não consegue impor sua linha sectária, não titubeia em dividir o sindicato, formando órgãos paralelos e desrespeitando a autonomia da entidade classista unitária. A própria formação da CUT, em 1983, é um exemplo vivo desta postura divisionista. Não é para menos que a central petista defende ardorosamente a ratificação da Convenção 87 - com ela poderá legalizar as suas entidades, dividindo o movimento sindical.

CUT usa argumento falso para defender a divisão

Declarações insistentes de alguns dirigentes da CUT indicam que, aprovada a Convenção, os petistas trabalhariam com afinco para criar sindicatos afinados com sua linha sindical. Ao defender a Convenção 87, Jair Meneghelli, presidente da CUT, deixou implícito suas reais intenções: "Eu acredito na unidade independente de quantos sindicatos possam existir". E mais: "Eu acho que se os trabalhadores entenderem que o seu sindicato não está funcionando bem e que devem fundar um outro, não sou eu, Jair Meneghelli, que vou dizer que eles estão errados".

Os próprios argumentos utilizados pela CUT são falaciosos. Dizem que os trabalhadores é que devem se posicionar pela pluralidade ou unicidade sindical; e que a unicidade não deve ser imposta pela legislação.

Primeiro, ao defenderem com unhas e dentes a convenção de um órgão burguês (veja abaixo), os cutistas esquecem que os trabalhadores brasileiros sempre lutaram pela unidade sindical. Segundo levantamentos de José Carlos Arouca, até hoje não houve um único congresso sindical importante que não tenha se pronunciado contra a divisão dos sindicatos.

Quanto a tornar a unicidade uma lei, não há porque os trabalhadores não lutarem para que a legislação impeça a burguesia e seus agentes de dividir o movimento sindical. Da mesma forma como a classe operária lutou no passado pela lei da jornada de trabalho de 8 horas (na época, os capitalistas afirmavam que a regulamentação "restringiria a liberdade de opção dos assalariados"), agora os trabalhadores precisam lutar por uma legislação que sirva de anteparo à investida feroz e milionária da burguesia para pulverizar sua força.

(Altamiro Borges)

A OIT é um organismo neutro?

No acalorado debate sobre a Convenção 87, alguns dislates tem sido usados para justificar sua imediata ratificação pelo Brasil. Um deles, bastante maldoso, é o de que a OIT é "um organismo internacional neutro". Para que esta mistificação não engane nenhum sindicalista bem intencionado, é preciso recordar um pouco da história da OIT, seus objetivos e sua relação de dependência com os países imperialistas.

MEDO DA REVOLUÇÃO

A Organização Internacional do Trabalho foi formada em 29 de junho de 1919, seguindo determinação do artigo 13 do Tratado de Versalhes. Com o fim da I Guerra Mundial e, principalmente, com a vitoriosa revolução socialista da União Soviética, a burguesia sentiu necessidade de criar um órgão para melhorar as relações capital-trabalho, estabelecendo o sistema capitalista e evitando novas revoluções proletárias.

A principal tarefa da OIT seria a de elaborar normas internacionais (as chamadas Convenções, que hoje já ultrapassam o número de 150) para suavi-

zar e preservar a exploração capitalista, criando um clima de "paz social" entre explorados e exploradores. Seu lema: "Construir a justiça social como um dos pilares mais sólidos de uma paz universal e duradoura".

CAPITAL É QUEM MANDA

Para camuflar este objetivo marcadamente burguês, os capitalistas e seus serviços no meio operário tentam vender a ideia de que a OIT é um organismo neutro, que "defende os interesses dos empregadores e empregados" - como se isso fosse possível. A primeira mentira que espalham é a de que o capital e o trabalho tem o mesmo peso nas decisões das conferências anuais e no Comitê de Liberdade Sindical, já que a OIT é um órgão tripartite (assenta representantes dos empregadores-empregados-governos de cada país membro). Escondem no entanto, que nos países capitalistas ou revisionistas o governo é a representação da própria burguesia, e os assalariados não têm voz na OIT (na maioria dos países, os assalariados não divulgam o número de 150) para suavi-

zar e preservar a exploração capitalista, criando um clima de "paz social" entre explorados e exploradores. Seu lema: "Construir a justiça social como um dos pilares mais sólidos de uma paz universal e duradoura".

Para camuflar este objetivo marcadamente burguês, os capitalistas e seus serviços no meio operário tentam vender a ideia de que a OIT é um organismo neutro, que "defende os interesses dos empregadores e empregados" - como se isso fosse possível. A primeira mentira que espalham é a de que o capital e o trabalho tem o mesmo peso nas decisões das conferências anuais e no Comitê de Liberdade Sindical, já que a OIT é um órgão tripartite (assenta representantes dos empregadores-empregados-governos de cada país membro). Escondem no entanto, que nos países capitalistas ou revisionistas o governo é a representação da própria burguesia, e os assalariados não têm voz na OIT (na maioria dos países, os assalariados não divulgam o número de 150) para suavi-

zar e preservar a exploração capitalista, criando um clima de "paz social" entre explorados e exploradores. Seu lema: "Construir a justiça social como um dos pilares mais sólidos de uma paz universal e duradoura".

países e passou a atacar o principal rival dos EUA na disputa pela hegemonia mundial, a URSS.

Já em 1977, os EUA se retiraram da OIT condenando suas críticas ao governo sionista de Israel. O presidente Carter chegou a chantagear: "Os EUA estão dispostos a pedir sua readmissão se a OIT voltar a ser fiel aos seus princípios". Três anos depois, os EUA retornaram ao organismo, elogiando sua postura positiva na busca da "paz social no mundo".

É evidente que um organismo deste tipo, apesar de tudo, sofre reflexos das contradições entre capitalismo e socialismo, assim como a disputa interimperialista, a luta dos países dependentes por sua soberania e os choques entre as duas superpotências. Neste sentido, algumas das suas convenções têm aspectos positivos para o movimento operário, servem para aliviar o peso da exploração capitalista e abrir espaço para novas lutas. Mas fica claro que a OIT serve, basicamente, aos interesses da burguesia e não dos trabalhadores. O mesmo vale para a Organização Mundial do Trabalho. Enfim, não há nada de neutro na OIT.





Grileiros e "coronéis" querem matar líder popular de Luciara

O líder do povo de Porto Alegre do Norte, município de Luciara, Mato Grosso, na região do Baixo Araguaia, Rodolfo Alexandre "Cascão" está sendo acusado de autor intelectual da morte de dois pistoleiros, ocorridas num confronto com posseiros, em 31 de maio de 1984, na região de Canabrava. Na verdade o processo estava praticamente arquivado, mesmo porque está provado que "Cascão" não se encontrava no município na referida data.

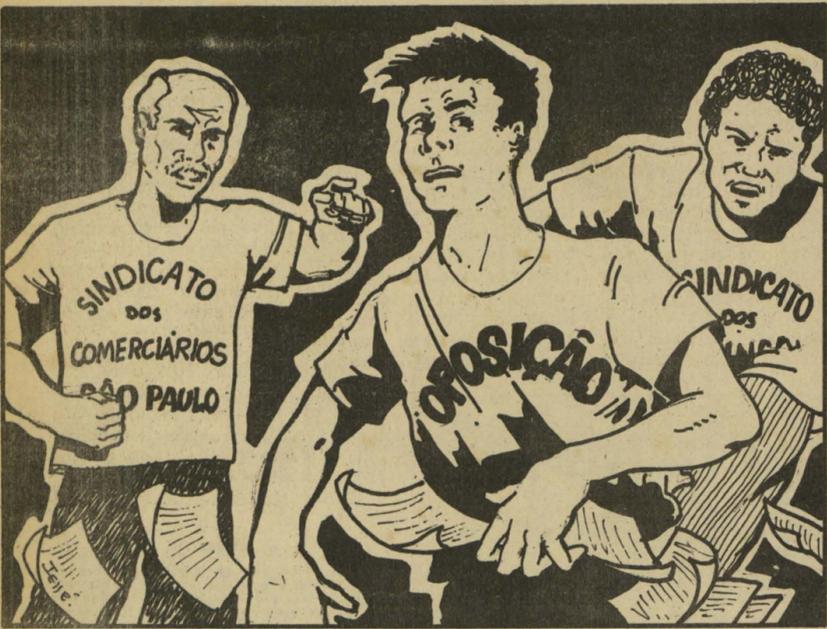
No entanto, após as grandes mobilizações que o povo de Porto Alegre realizou pela reforma agrária e contra o prefeito assassino de Luciara que acaba de matar o ex-prefeito e um filho deste

e, para espanto do povo, continua na prefeitura, como se nada houvesse acontecido. Os grileiros e "coronéis" do lugar estão querendo acabar com a vida de "Cascão" para assim intimidar a luta do povo pobre.

O ódio dos latifundiários contra "Cascão" vem de longe, desde o ano de 1979, quando foi morto um pistoleiro na fazenda Piranguçu. Os grileiros tentaram envolver "Cascão" no conflito. Em 7 de julho de 1984 botaram fogo em sua casa onde se encontrava com a mulher grávida e a filha. Em 12 de outubro de 84 incendiaram o rancho onde o povo fazia reuniões. Agora prometram matar "Cascão" e mais Luís Vanderlei, Gero, João

Tropeiro e outros, membros da Associação dos Moradores de Porto Alegre e Canabrava.

O certo é que os ventos da Nova República e das mudanças começam a soprar em Mato Grosso. A Reforma Agrária, mesmo tímida, assombra os "donos" do lugar. A mobilização promete desalojar os velhos "caciques" do PDS. É isto que preocupa a reação. Em Porto Alegre, que será emancipado, o povo já tem candidato a prefeito e isto irrita o latifúndio, pois o candidato do povo é do PMDB e seu nome é Rodolfo Alexandre "Cascão". (Núcleo da TO de Barra do Garças, Mato Grosso)



Pelego agride membro da oposição comerciária de SP

Dia 27 de outubro foi realizado nas dependências do Clube de Campo de Cotia uma churrascada para comemorar a inauguração do conjunto aquático e também o Dia do Comerciário (30/10). Alguns dias antes desse evento, o sr. Silvio de Vasconcelos divulgou um boletim convidando os comerciários para esta festa. Nessé mesmo boletim a diretoria do Sindicato declarou, que se eleita a oposição, a mesma iria acabar com a assistência médico-odontológica e venderia o clube de campo e a colônia de férias.

No próprio dia 27 (data da churrascada), distribuímos de frente ao Sindicato dos Comerciários (local de saída da caravana), um boletim em resposta ao artigo da atual diretoria. Dizíamos que a diretoria do Sindicato dos Comerciários de São Paulo mais uma vez mentia para a categoria, enganando-nos com uma churrascada e tentando se manter no poder com um copo de chope e um tapinha nas costas. A oposição não é contra o Clube de Campo, a colônia de férias e o ambulatório médico. Muito pelo contrário, sempre pregou a ampliação da colônia de férias e a dinamização dos serviços médicos odontológicos. O fato é que você que está indo a esta festa é um privilegiado, pois muitos comerciários não conseguiram o convite, devido ao fato do mesmo ser limitado.

do-nos com uma churrascada e tentando se manter no poder com um copo de chope e um tapinha nas costas. A oposição não é contra o Clube de Campo, a colônia de férias e o ambulatório médico. Muito pelo contrário, sempre pregou a ampliação da colônia de férias e a dinamização dos serviços médicos odontológicos. O fato é que você que está indo a esta festa é um privilegiado, pois muitos comerciários não conseguiram o convite, devido ao fato do mesmo ser limitado.

No fim deste boletim também criticávamos a diretoria, pelo fato de até aquela data não ter convocado a categoria dos comerciários para participarem da assembleia sobre a campanha salarial, que foi realizada no dia 30 de outubro. É bom deixar claro, que o que nós somos contra é a diretoria do nosso

Sindicato se preocupar apenas com o assistencialismo, se esquecendo das principais reivindicações da categoria, como por exemplo, piso de três salários mínimos, estabilidade no emprego, trimestralidade etc.

Durante a distribuição do nosso boletim de protesto, um de nossos companheiros (Milton Lioiela), depois de ter sido ofendido por um diretor (sr. Júlio), foi covardemente agredido a pontapé pelo filho do mesmo. Fica aqui o nosso repúdio por mais este ato autoritário cometido por elementos que acham que ainda estamos na época da ditadura. Será, que depois de mais de 20 anos no poder, esta diretoria que nunca fez nada pelos comerciários, quer a todo custo se manter no poder usando as armas da repressão? (Marco Antônio S. Carvalho, da Oposição Comerciária, São Paulo, SP)

Fumaça envenena funcionários no subsolo do Mappin

Depois que mudaram todos os serviços mecânicos para o subsolo do Mappin, surgiu um problema sério e que ninguém tomou providência. A fumaça produzida pelos carros está causando problemas de saúde aos funcionários que ali trabalham. Há dois meses um funcionário desmaiou, foi socorrido e está na caixa, afastado por mancha no pulmão. O médico disse que ele vai levar mais de três anos para se recuperar.

Também o primeiro andar está sendo afetado pela fumaça, que causa dor de garganta, dor de cabeça, dor nos olhos e lesões pul-

monares. Os setores mais afetados são: brinquedos e caixa em geral. Ninguém reclama, por medo de repressão e de ser mandado embora.

Além do mais, existe encarregados racistas que estão mandando embora todo funcionário negro e pegando só os brancos. João Alfredo, o racista, só não mandou um ainda, porque precisa de um bom motivo. Este funcionário tem mais de 8 anos de Mappin, mesmo assim está na mira. (Amigo da TO no Mappin, São Paulo, SP)

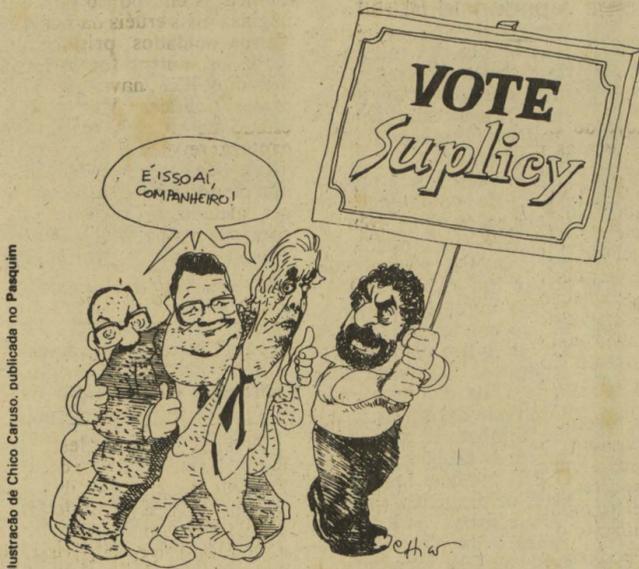


Ilustração de Chico Caruso, publicada no Pasquim

Maluf e Lula felizes com a derrota do PMDB

O general Golbery patrocinou a criação e ascensão consentida do ex-trabalhador, ex-metalúrgico Lula, que recebeu destaque incommum da imprensa da classe dominante. Tal tipo de atenção normalmente é dedicada a entreguistas como Roberto Campos, Simonsem, Delfim Netto etc.

OPT e o PTB falam o mesmo discurso, a mesma linguagem na campanha eleitoral para platéias distintas, com o objetivo de derrotar todas as forças progressistas e ressuscitar politicamente a elite corrupta conservadora e autoritária que nos oprimiu durante 21 anos.

As pessoas que comemoram nossa derrota você viu pela televisão: Maluf, Lula, Delfim, Setubal, Matarazzo Suplicy, Herbert Levy, Reinaldo de Barros, Miguel Colasuono, Salim Curtiari, Arthur Alves Pinto, Weffort, Aureliano Chaves etc.

Perdemos a batalha pela prefeitura por apenas 140 mil votos. Estamos tristes, decepcionados e amargurados, mas você sabe porque fomos derrotados e quem nos traiu. Os inimigos do povo, os cabos Anselmo dos anos 80,

agora já estão identificados.

Paulistas, confirmem os fatos. Nos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo de 16 de novembro de 1978, Eduardo Matarazzo Suplicy traiu os eleitores do MDB e foi comemorar sua eleição de deputado estadual no gabinete do prefeito biônico da Arena, e seu amigo da sociedade e banqueiro bilionário, Olavo Setubal.

Em 1984 Lula declara à imprensa: Prefiro Maluf como presidente da República do que Tancredo Neves. Os malufistas elogiam a coerência de Lula de que só os deputados do PDS deveriam votar no colégio eleitoral para eleger Maluf presidente. Coerência: Lula expulsa os deputados que manifestaram apoio a Tancredo de Almeida Neves.

Em outubro deste ano a Folha de S. Paulo dizia: José Genoíno (deputado federal PT) acusa - Suplicy escorregou feio ao pedir explicitamente o apoio de Jânio para derrotar o PMDB. Dirigentes do PT afirmam: vitória de Jânio é a vitória da democracia. (Um leitor da TO da Zona Sul de São Paulo, SP)

Abaixo assinado contra prefeito dá demissão

A partir de 13 de abril de 1985, o prefeito José Alves, passou a reprimir, no velho estilo dos anos negros da ditadura, o abaixo-assinado, contra a sua péssima administração. Assinar um abaixo-assinado contra uma má administração municipal é um verdadeiro ato de bravura contra a prepotência. O povo humilde do interior rural, temeroso de represálias, muitas vezes nega-se a assinar. Estas mais de 400 assinaturas, sendo que 200 foram roubadas a mando do prefeito, foram conseguidas em menos de um por cento da extensão do município, por uma só pessoa em 15 dias.

Mas eu ganhei um prêmio, pois minha luta contra esta fera já é antiga. O prêmio foi uma vitória simples, despediram minha esposa do emprego. Abaixo trechos do abaixo-assinado, denunciando os descabros que acontecem na prefeitura municipal de Itacaré:

"Há um ano foi anunciado que a cidade estava entregue aos urubus. Neste ano chegaram baratas, moscas e outros insetos, todos interessados no dinheiro público e não no desenvolvimento do muni-

cípio. Estão todos interessados no seu próprio benefício e de seus asseclas.

"O prefeito José Alves, fazendo tudo isso passando em média 700 dias fora da cidade viajando com o carro oficial e os 100 dias restantes bêbado na cidade e no município. Ele não constrói nada, pois as poucas obras existentes são frutos de verbas estaduais, das quais ele ainda deve ter desviado somas.

Em termos de realizações administrativas, nada vem sendo feito, a não ser a construção de uma creche, que mais parece uma gaiola. Temos somente um clube na cidade e este, no carnaval de 1982 caiu uma parte junto ao palco. E o desavergonhado do prefeito até hoje não mandou fazer o concerto, encontrando-se o mesmo em estado deprimente e vergonhoso.

Propomos que seja averiguada a veracidade das denúncias contidas neste abaixo-assinado. Apuradas as denúncias, que sejam tomadas sérias medidas, pois não é justo que no Brasil morram tantos de fome e um só prefeito, tenha poder para tanto e nada aconteça". (Aldo Caruso Costa Filho, Itacaré, Bahia)



Fala o POVO

Temos recebido inúmeras cartas relatando os crimes e ameaças praticados pelos latifundiários contra lideranças camponesas. A impunidade com que estes crimes são praticados é um incentivo a novas violências contra o sofrido povo trabalhador. A mais recente denúncia que nos chega às mãos vem de Mato Grosso, da localidade de Porto Alegre do Norte, onde o latifúndio e seus pausmandados tentam armar uma farsa para condenar um intransigente defensor do povo. Mas também existe o outro lado da moeda. O povo, por sua vez age com grande unidade na defesa de seus interesses. E o líder ameaçado de Mato Grosso deverá ser o candidato a prefeito pelo PMDB dando mostras que o povo não se intimida diante de ameaças e calúnias. Nos enviem depoimentos desta lutas para o Fala o Povo. (Olívia Rangel)

Plano de ação sindical no Norte de Minas

Com a Lei 3.100, do atual ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, foi reestruturado em Montes Claros o Conselho Sindical dos Trabalhadores do Norte de Minas, para defender as mais amplas liberdades democráticas, políticas e todas as reivindicações constantes no plano de ação em anexo. Desta forma, solicitamos a gentileza de publicar no jornal **Tribuna Operária** os 12 pontos do referido plano. Esta entidade representa 31 entidades sindicais, estudantes e populares.

- 1) Discutir junto às bases a política sindical progressista. Que cada sindicato faça no mínimo uma assembleia geral para debater a política sindical;
- 2) Exigir dos patrões segurança e proteção à vida dos trabalhadores para prevenir acidentes e risco de vida, devido à poluição ambiental;
- 3) Do INPS, melhor assistência aos trabalhadores associados, acabando com filas e burocracia ainda existente na instituição, principalmente o atendimento médico hospitalar, que infelizmente, hoje, a previdência, com 21 anos de regime militar, transformou-se num verdadeiro caos social;
- 4) Lutar pela autonomia, liberdade e direito de greve, a fim de desatrelar os sindicatos do Ministério do Trabalho e patronal;
- 5) Lutar pela Reforma Agrária radical como medida de solução para combater o desemprego e a carestia do custo de vida, no campo e na cidade;
- 6) Lutar pela ampliação das liberdades democráticas e políticas;
- 7) Lutar pela revogação da famigerada Lei de Segurança Nacional e toda legislação repressiva;
- 8) Lutar contra a política do Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela suspensão do pagamento da dívida externa até que o povo brasileiro decida pelo pagamento da dívida;
- 9) Lutar pela redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas e também os reajustes trimestrais, sem o repasse do aumento para os consumidores;
- 10) Lutar pela estabilidade no emprego e contra a rotatividade da mão-de-obra, tudo por um Brasil livre, independente, democrático e progressista;
- 11) Lutar por melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores da cidade e do campo;
- 12) Trabalhadores de todas as categorias, filiem-se no Conselho Sindical do Norte de Minas (Porfírio Francisco de Souza, presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Norte de Minas Montes Claros, Minas Gerais)

1935: o povo no poder em Natal

Os marcos dos 50 anos do levante da Aliança Nacional Libertadora, teve início em 23 de novembro de 1935 em Natal, um importante momento, esclarecedor daquele episódio revolucionário, acaba de ser publicado. O livro "Praxedes, um operário no poder - A insurreição comunista de 1935 vista por dentro", do jornalista Moacyr de Oliveira Filho.

O sapateiro José Praxedes de Andrade foi o secretário de provisão do Governo Popular Revolucionário que tomou o poder em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Memória da direção regional do Partido Comunista do Brasil na época da volta, Praxedes foi localizado pelo jornalista Moacyr de Oliveira Filho na Bahia onde, desde 1935, vivia na clandestinidade.

A história de 1935, da insurreição do ponto de vista das forças progressistas populares ainda não foi contada", afirma o jornalista. "Nas pesquisas que fiz sobre o assunto, senti deficiências graves. Ou os trabalhos são feitos sob a ótica dos militares que esmagaram o movimento insurgente, ou têm uma visão superficial. Nada mostra o que aconteceu na insurreição. Quando soube que havia um líder de 1935 vivo, um dirigente, membro do governo revolucionário, resolvi resgatar essa história. É a insurreição vista por dentro, como diz o título do livro".

Moacyr gravou 10 horas de entrevista com o sapateiro Praxedes, que vivia na casa humilde em Mapele, pequena vila de Simões Filho, na Bahia. Desde que conseguiu fugir do Rio Grande do Norte - após a repressão dos militares contra os insurretos - Praxedes usava o nome de Eduardo Pereira da Silva. Nas entrevistas, realizadas em novembro de 1984, Moacyr e Praxedes reconstituem o contexto da revolução, o desenvolvimento e a derrota da Insurreição", afirma o jornalista. O livro ainda constitui a trajetória de vida do sapateiro comunista e inclui dois anexos: o programa do Governo Popular Revolucionário e o artigo "A gloriosa Jornada de Luta", de Pedro Barreto, onde o líder do Partido Comunista do Brasil faz uma avaliação crítica do movimento de 1935.

ANL em luta contra a exploração imperialista

Em 1935 o povo estava frustrado com a chamada revolução de 30 que, embora houvesse liquidado com a República Velha e golpeado as oligarquias de Minas e São Paulo que dominavam o país, não resolveu os problemas fundamentais vividos pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo, assistia ao ascenso do nazi-fascismo na Europa - que no Brasil era representado pela Ação Integralista, de Plínio Salgado, organização que recebia apoio de setores oficiais.

Nesse ambiente surgiu a Aliança Nacional Libertadora, lutando contra a exploração imperialista e contra o fascismo. Seu núcleo mais decidido era formado pelo Partido Comunista do Brasil. Com sua pregação democrática e popular, a ANL logo ganhou expressão e apoio das massas. Temendo um crescimento ainda maior dos aliancistas, Getúlio Vargas ordenou o fechamento da ANL, violando a Constituição.

**LIVROS - REVISTAS - POSTERS
POSTAIS - DISCOS - CAMISETAS
EXPOSIÇÕES**

ARE PAU BRASIL
ESPAÇO ALTERNATIVO

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO - SP
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)
Fone: 279-0147 - CEP 01504
SEG. A SAB. 10 ÀS 23 HS.
DOM. 16 ÀS 23 HS.

ção em vigor, poucos meses após sua fundação: os aliancistas passaram a ser perseguidos.

Em resposta, a ANL, que contava com a simpatia de marinheiros, soldados, cabos e sargentos e mesmo de alguns oficiais das Forças Armadas, orientou-se para a possibilidade de um levante armado. Em 23 de novembro eclodiu o levante de cabos e sargentos, respaldados pelas forças populares, em Natal. Dia 25 tentou-se a rebelião no Recife e dia 27 no Rio de Janeiro. Somente em Natal os sublevados conquistaram o poder.

Pela primeira vez o povo toma o poder no Brasil

É a experiência do povo no poder em Natal, contada por um dos integrantes do governo, o centro do livro de Moacyr de Oliveira Filho. Praxedes rememora as reuniões, as discussões, as decisões tomadas pelo Partido Comunista do Brasil e pelo governo revolucionário popular: "Fomos para a Praça do Mercado, em frente ao quartel do 21º BC e ali mesmo, na porta do quartel, eu subi na murada e li a proclamação do Governo Popular Revolucionário. O povo estava todo na praça e, depois da proclamação, saudou o novo governo com gritos de 'Viva a Revolução'..."

Os revolucionários tomaram medidas visando baratear os preços dos gêneros alimentícios e das tarifas dos transportes, moralizar a administração pública e mobilizar forças para o prosseguimento da luta armada.

O poder popular preocupou-se também em deslocar tropas para o interior, objetivando espalhar a insurreição

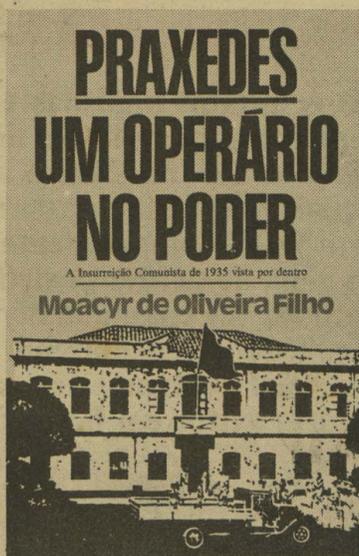
para outros Estados, "ampliando e consolidando o movimento rebelde, ao mesmo tempo que as tropas deslocadas para o interior poderiam impedir que Natal fosse atacada de imediato pelas forças legalistas", escreve Moacyr de Oliveira Filho.

Prefeituras do interior foram ocupadas pelos insurretos, sem que houvesse resistência. Mas o latifundiário Dinarte Mariz organizou uma tropa de jagunços para combater os revolucionários, contando com o apoio de policiais enviados pelo governador da Paraíba para a contra-revolução. O movimento acabou sendo confinado à cidade de Natal, não tendo condições de se manter. Em 27 de novembro os integrantes do Governo Provisório resolveram bater em retirada. Alguns líderes revolucionários são presos pela reação que volta ao poder. Praxedes consegue fugir.

A ferocidade da reação contra os aliancistas em todo o país é uma das páginas mais cruéis da nossa História. Vários soldados prisioneiros foram fuzilados; outros foram recolhidos a presídios, ilhas, navios etc. Milhares de presos políticos. Vargas decretou o estado de sítio. A reação conseguiu capturar revolucionários internacionalistas, que vieram ao Brasil ajudar a luta de nosso proletariado. Harry Berger, alemão, foi torturado até a loucura; sua mulher e Olga Benário foram entregues pelo governo à Gestapo de Hitler; Alan Baron, norte-americano foi assassinado pela polícia.

Repressão violenta contra democratas e comunistas

Vivendo na clandestinidade, na Bahia, Praxedes, agora com o nome de Eduardo Pereira da Silva, continuou lutando pela causa proletária. Com o novo nome, foi dirigente local do PC do B durante o curto período de legalidade, em 1945. Durante a ditadura militar, atuou no PMDB. Em dezem-



bro de 1984, poucos dias após dar seu depoimento, agora publicado em livro por Moacyr de Oliveira Filho, faleceu, aos 84 anos.

"Eu havia me comprometido com o Praxedes a ceder-lhe os direitos autorais desta primeira edição do livro", conta o jornalista Moacyr. "Com sua morte, os direitos autorais serão cedidos à sua família. Quero dizer também que a capa do livro, com a fachada da PM de Natal com a bandeira vermelha, foi sugestão do próprio Praxedes, realizada pelo Jayme Leão".

"Praxedes - Um operário no poder", teve seu lançamento realizado dia 20 em Brasília, e o autor estará em solenidade de lançamento dia 23 em Natal; dia 25 em Recife; dia 26, em Salvador, no Sindicato dos Jornalistas; dia 27 no Rio de Janeiro, na ABI; e dia 29 em São Paulo, na Livraria Anita Garibaldi, que vende o livro também pelo reembolso postal, ao preço de Cr\$ 38 mil. A livraria fica na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1511, CEP 01317, Bela Vista, fone 251-2729. (Carlos Pompe)

Desmascarando a participação de Giocondo Dias

O livro de Moacyr de Oliveira Filho é elucidativo também em relação à atividade do atual chefe dos revisionistas brasileiros, Giocondo Dias, no levante de 1935. Giocondo era cabo, em Natal, no momento do levante, e sua versão sobre o episódio está cheia de contradições. O sapateiro Praxedes dá novos elementos para se compreender o papel do então cabo Dias na insurreição.

Segundo Praxedes, Giocondo Dias foi o responsável pela precipitação do levante em Natal: "Nós não tínhamos condições de assumir o início da rebelião porque não havíamos recebido nenhuma instrução oficial do partido em Recife e dissemos isso para Giocondo. Eu propus que esperássemos uns 10 dias, prazo para que a direção do partido fosse consultada a respeito da oportunidade de se desencadear o levante naquele momento. Giocondo não aceitou. 'Não pode passar de hoje', retrucou. (...) Giocondo foi indisciplinado e, com essa atitude, revelou toda a sua formação golpista. Ele foi o principal responsável pela precipitação dos acontecimentos em Natal".

Logo nos primeiros momentos do levante, dia 23, Giocondo foi ferido e hospitalizado. Saiu do hospital no dia 26 e foi ao quartel do 21º BC para libertar os prisioneiros, que seriam utilizados na resistência aos contra-revolucionários e, na eventualidade da derrota, na fuga dos insurretos. Praxedes, inteirado do fato, conta-o ao "Santa", um dos integrantes do governo provisório: "Quando ouvi isso, o 'Santa' pôe a mão na cabeça, vira-se para o pessoal que ainda estava no palácio e grita: 'Companheiros, fomos traídos'".

Após sua fuga de Natal, Giocondo contactou a direção do Partido Comunista em Recife e relatou os episódios do levante no Rio Grande do Norte, inclusive a atuação de Giocondo Dias. Os dirigentes comunistas ficaram impressionados com o seu relato, principalmente com a atitude tomada pelo Giocondo e me disseram que esse comportamento dele era injustificado. Eles disseram que Giocondo seria expulso do partido".

Porém Giocondo não foi expulso. Continuou nas fileiras partidárias. Só galgou postos na direção do partido durante o surto revisionista e, em 1958, realizou, juntamente com Prestes, nova traição ao partido da classe operária, tentando quebrar sua espinha dorsal leninista e transformá-lo num agrupamento social-democrata. Não conseguiu. Amazonas, Grabois, Pomar e outros dirigentes marxistas-leninistas reorganizaram o Partido Comunista do Brasil. Prestes e Giocondo formaram o Partido Comunista Brasileiro, o agrupamento revisionista que tem acumulado fracassos, ao longo dos anos, na sua política de conciliação de classes e de ataques à teoria científica do proletariado.

ERRATA

Por um erro gráfico, saiu na matéria de Clóvis Moura, na página 9, publicada na semana passada, que a data da abolição da escravatura no Brasil foi em 13 de maio de 1881. Na realidade, a abolição foi em 1888.



O operário Praxedes sendo entrevistado por Moacyr de Oliveira Filho, dias antes de falecer na Bahia após 49 anos clandestino

Tribuna Operária

Redeção: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011)
Fax: 011321337LOBR
Responsável: Pedro de Figueiredo
Conselho de Direção: Rogério Lusitano, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

LAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Freire Lima, 237, sobreloja, CEP 000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 3 - Centro - CEP 57000.

MAZONAS - Manaus: Rua Simom Oliver, 231, (ant. Praça da Saudade) Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-44 - CEP 69000.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

teiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300.
Vitoria: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Caladão - Centro - CEP 58000.
PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428. Fone: 234-7484, CEP 80000.
Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000.
Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua

Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinhas: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100.
Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200.

IJUÍ: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s/ 23, 2º andar.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amaral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravá, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Pass-Up e Fotolito, Litarte Fotolitos Cia. Fone: 279-3646. Impressão Lida. Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Contate para o fortalecimento da imprensa operária.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Anual (52 edições) Cr\$ 160 mil
- Anual popular (52 edições) Cr\$ 80 mil
- Semestral (26 edições) Cr\$ 80 mil
- Semestral popular (26 edições) Cr\$ 40 mil
- Trimestral (13 edições) Cr\$ 20 mil
- Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:

CDM
Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.
**Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois**

O novo mapa que a eleição desenh

O PMDB elegeu os prefeitos de 127 dos 201 municípios onde houve eleição, inclusive 19 das 25 capitais. Cabe aqui certa ressalva sobre João Pessoa, onde a candidatura vencedora de Carneiro Arnaud, embora peemedebista, foi desfigurada num compromisso sem quaisquer princípios, com o PDS-PFL. E uma observação em sentido inverso sobre Recife, onde o vitorioso, Jarbas Vasconcelos, foi obrigado a concorrer pelo PCB mas é peemedebista e foi apoiado pela maioria autêntica do partido. Na soma das capitais, a legenda do PMDB teve 4,2 milhões de votos.

Este desempenho compensa com folga considerável as derrotas, mesmo tendo em conta o peso todo especial de São Paulo. Mas não exige o PMDB do dever de debruçar-se sobre o resultado com humildade e olho crítico. Mais ainda porque os destinos da legenda, no Brasil de hoje, interessam não só aos peemedebistas mas também a uma massa considerável da população e ao conjunto dos setores que apostam no avanço democrático.

O país mudou desde o tempo em que a Arena unia suas fileiras e tangia seu eleitorado à sombra da máquina estatal, na base do fisiologismo e da clientela. Mudou o regime político. E mudou o nível político do eleitorado. O PMDB, nascido do combate a essas práticas caducas, cultivava seu prestígio e seus votos na medida exata em que impulsiona as transformações prometidas pela Nova República e reclamadas pelo povo.

Três exemplos podem ilustrar o fato. Um é o do Rio de Janeiro, derrota esperada mas nem por isso menos grave. O PMDB carioca teve escassos 8,5% dos votos precisamente porque teimou em se apegar à herança mal cheirosa do *chaguismo*, o que há de mais fisiológico e conservador dentro da legenda. No caso maranhense, o candidato peemedebista praticamente saiu do páreo ao enveredar pela via do ataque à Nova República, e Jaime Santana, do PFL, terminou recolhendo o voto mais progressista. Por fim, há o exemplo também instrutivo de Recife, em que as oligarquias pernambucanas tentaram se apossar do PMDB porém a vitória de Jarbas evidenciou que o eleitorado deseja é mais impulso nas mudanças.

A direita, que vê no PMDB o maior obstáculo atual a seus planos, arduamente busca deformar o veredito das urnas atraindo o partido, com a velha cantilena de que o eleitorado brasileiro é conservador, para uma postura de centro. Pura falsidade, pois os votos do dia 15 provam o contrário. Mesmo em São Paulo, diminuiu a votação conservadora. Em 1982, o PDS e o PTB somaram 38,05% dos votos, enquanto agora, junto com o PFL, tiveram 37,53%. O que houve foi um deslocamento do eleitorado para a esquerda, que o PMDB pode e deve absorver. E um clamor para que venham logo as transformações da Nova República, em boa parte ainda não efetivadas.

As pregações anticomunistas não contagiaram o eleitorado

O Partido Comunista do Brasil, mesmo sem ter lançado candidatos próprios neste pleito, considerou seu resultado como uma vitória significativa. O PC do B via de regra apoiou as candidaturas do PMDB, contribuindo para o desempenho daquela legenda, mas não vacilou em casos como o de Recife, onde coligou-se em torno da candidatura Jarbas. Em capitais como Maceió e também outros municípios, a exemplo de Camaçari, a atuação dos comunistas foi decisiva para a vitória democrática, conforme admitiram os próprios adversários.

Mesmo ali onde as forças da Nova República saíram derrotadas, o PC do B avaliou positivamente seu desempenho e constata um visível fortalecimento partidário. Em São Paulo, em torno de 15 mil pessoas participaram da aguerri-

O resultado final das eleições do dia 15 permite desenhar, agora com mais nitidez, o mapa político da Nova República. Ele mostra a direita - representada pelo janismo, no PDS e em boa parte no PFL - batida nacionalmente porém conquistando por escassa margem um *bunker* estratégico em São Paulo. Revela um PMDB comodamente majoritário mas impedido de dormir sobre os louros sob pena de perder posições. E aponta os contornos de uma terceira tendência, que pode ser chamada diversionista, composta pelo PDT e PT. A campanha da Constituinte - em marcha, na prática, desde o dia 16 - vai transcorrer dentro deste cenário. Dominar seus aspectos novos será fundamental para facilitar novos deslocamentos em favor dos setores radicais e das forças políticas populares.



Foto: Sidney Passarinho

boca de urna organizada pelo partido. Em Fortaleza, só no início de encerramento da candidatura Paes de Andrade, mais de 800 pessoas ingressaram no PC do Brasil.

Ao não lançar candidaturas próprias, o PC do B levou em conta principalmente os interesses de conjunto das forças populares. E agora se empenha na campanha para a Assembleia Nacional Constituinte, onde, aí sim, pretende eleger uma bancada comunista tão numerosa quanto possível.

Ao longo de toda a campanha, o partido foi alvo de furiosa pregação anticomunista, que atingiu seus tons mais agudos com Jânio Quadros, em São Paulo. As urnas, porém, não se sensibilizaram com essas teses. A vitória mais demolidora do pleito, em Aracaju, foi de Jackson Barreto, em coligação com o PC do B. A segunda maior, em Belém, coube a Coutinho Jorge, que durante a campanha fez vários comícios tendo como palanque o "Vermelho", um caminhão de trio elétrico do PC do B que ostenta na carroceria, em dimensões avantajadas, a foice e o martelo.

A direita louva a eleição de Jânio porém não confia nele

"O PDS exalou o último suspiro no dia 15. Nossa situação ficou dramática". Esta afirma-

tiva do senador biônico Murilo Badaró, do PDS mineiro, dá bem a dimensão da catástrofe que se abateu sobre aquele que já foi chamado de "o maior partido do Ocidente".

Computando-se todos os votos em candidatos pedessistas nas capitais, a soma dá 340 mil - menos de um oitavo dos 2,8 milhões obtidos nos mesmos municípios em 1982. No Rio de Janeiro, o candidato do PDS teve 21 mil votos, 0,8% do total. Pior ainda foi em Belo Horizonte: 2.620 votos, ou seja, 0,3% dos votantes. Em São Paulo o partido de Paulo Maluf, para se preservar, absteve-se de lançar candidato e apoiou Jânio Quadros com os remanescentes de seu eleitorado. Nacionalmente, à guisa de consolo, os pedessistas ficaram com as prefeituras de São Luís e de 21 municípios interiores, 16 dos quais na Bahia de Antônio Carlos Magalhães, onde ainda assim o PMDB avançou significativamente.

O PFL, que nesta eleição teve um comportamento diferenciado de lugar para lugar mas predominantemente conservador, colheu magros resultados: nenhuma capital, 22 Prefeituras interiores, 1,2 milhão de votos nacionalmente. Amargou também duas derrotas estratégicas, em Belo Horizonte e em Recife (onde apoiava o candidato Sérgio Murilo, da ala direita peemedebista). Porém faturou um tanto decisivo com a eleição de seu aliado Jânio Quadros em

São Paulo, com o compromisso de apoio a Olavo Setubal, para o governo paulista dentro de um ano.

Jânio, porém, é um aliado que inspira diminuta confiança, a duras penas, em cima de sua pessoa e não de um partido, uma frente interpartidária, um programa ou um ideário. É portanto uma vitória precária da direita, mais ainda tendo-se em conta os imprevisíveis rompantes do vitorioso.

A direita enaltece em prosa e verso o fenômeno Jânio em São Paulo, com empenho dobrado por seu único trunfo. O panorama nacional, contudo, precisa ser visto no seu conjunto. E nele o ex-presidente aparece isolado em seu *bunker* paulistano, importante, é certo, mas insuficiente para alicerçar, por exemplo, os planos golpistas que a imprensa notícia estarem sendo tramados no Comando Militar do Planalto.

PT e PDT formam objetivamente um bloco, de tipo diversionista

O PDT, acudilhado por Leonel de Moura Brizola venceu, como se esperava, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, mais de 11 cidades interiores, todas gaúchas ou fluminenses. Leve também certa votação em capitais como

Curitiba, Recife ou São Luís, porém em geral baseado no aluguel da legenda a políticos locais com ambições e esquemas de composição próprios, como é o caso de Jaime Lerner em Curitiba. Por outro lado, pagou caro pelos compromissos abertos com a direita que concluiu, por exemplo, em Cuiabá e Florianópolis. Nacionalmente, somou 1,8 milhão de votos. Decididamente não basta para dar base real ao plano de Brizola tendo como meta a Presidência da República, de preferência nos próximos 365 dias. Mas o governador fluminense não desiste, e busca o apoio do PT.

O Partido dos Trabalhadores ficou com 1,4 milhão de votos nacionalmente, os quais 800 mil no município de São Paulo. Num resultado que surpreendeu o país, elegeu prefeita de Fortaleza a deputada estadual Maria Luiza Fontenelle, que "modestamente" anunciou no mesmo dia que seu próximo passo poderá ser, quem sabe, a Presidência da República(!).

O discurso do PDT e o do PT se aproximaram consideravelmente ao longo da campanha eleitoral, o que alimenta a esperança de Brizola em atrair o apoio do partido de Lula. Ambas as legendas concentraram sua atuação pré-eleitoral contra a Nova República e as candidaturas de unidade democrática, fossem eles ou não do PMDB. Ainda desta vez vale dizer o exemplo recifense, em que, apesar da candi-

datura Jarbas Vasconcelos com apoio da quase totalidade do movimento popular organizado que existe na cidade PDT e PT mantiveram suas candidaturas.

Ainda é cedo para predizer futuro desses planos de composição. De imediato, fala-se numa ação conjunta visando reduzir o mandato de José Sarney na Presidência, com eleições presidenciais ainda em 1986. Os acenos de Brizola esbarram em reticências do PT, que teme com certa razão servir de escada para os planos do governador fluminense.

Objetivamente, entretanto, já é possível distinguir desde já um tipo de bloco, onde entram as duas legendas. Seu primeiro traço é a oposição à Nova República, inclusive e muito especialmente naquilo que ele tem de transformador e democratizante, como se tem visto no conturbado processo de convocação da Assembleia Constituinte pelo Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, por sua origem e características, este bloco distingue-se da direita embora nessas eleições tenha atuado como sua linha auxiliar, sobretudo em São Paulo. Brizola criticou publicamente o candidato do PDT paulista Adhemar de Barros Filho, por ter desistido da candidatura aconselhado seu reduzido eleitorado a votar em Fernando Henrique; para Brizola, a alternativa seria Suplicy. Grande parte do seu eleitorado, que cresceu, manifestou, de forma equivocada, o seu descontentamento com a lentidão das mudanças na Nova República. Porém ao fazê-lo perdeu de vista a grande lição das diretas já, de que é o povo unido que pode transformar o cenário brasileiro. E o castigo veio a cavalo - que o digam os paulistanos.

Em uma palavra, o bloco PDT-PT pode ser definido como diversionista. Em vez de combater os credores imperiais, o latinfúndio, as forças do militarismo e do fascismo volta às baterias contra o governo Sarney e o PMDB. Como adversário principal, colocou Fernando Henrique ao invés de Jânio. No lugar de pressão para acelerar a transição democrática, recorre a esforço inverso, para obstruí-la.

Na campanha para a Constituinte cada posição vai ser checada

Depois do 15 de novembro mais do que antes, a dinâmica da política brasileira dependo do jogo e da correlação entre estes três blocos de forças: a da transformação democrática e progressista, as da direita conservadora e retrógrada e do diversionismo, que auxiliam a direita.

Não são blocos puros, perfeitamente definidos, nem muito menos coesos. O voto de 15 de novembro estabeleceu seus contornos gerais, mas ainda em linhas toscas, com um esboço. O caráter de pleito, apesar de nacional, mas vinculado a problemas locais, muito dependente da figura de cada candidato, dificultou uma definição mais precisa.

Na campanha para a Assembleia Nacional Constituinte estas posições serão checada com rigor bem maior. Aí sim, estão em pauta claramente os grandes problemas nacionais esclarecedores da verdadeira fisionomia de cada partido e corrente política. Aí sim, a votação proporcional permitiu um retrato bem mais exato do leque político nacional, com todas as suas nuances e os seus contrastes. Aí sim o eleitorado que no último dia 15 mostrou um interesse apenas mediano alto grau de abstenção, tem todo interesse em participar ativamente não só através do voto mas também com sua presença ativa no debate e na mobilização constituinte. E, resultado que se pode esperar um novo deslocamento, mais arrojado e consciente ainda que o de 1985, na busca das transformações em profundidade que a crise brasileira continua exigindo. (Bernardo Joffe)